

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

XXVI Congresso do PPD/PSD



pag. 16

Um partido de combate e de reformas



pag. 6

N.R.P. "SAGRES"
recebeu o Conselho de Ministros



pag. 8

O Governo e a Sociedade de Informação

Conselho de Ministros Especial Bragança



O Conselho de Ministros, na sua reunião de 11 de Novembro, que teve lugar em Bragança, aprovou 12 diplomas, sendo a primeira parte da reunião dedicada a questões comunitárias

O Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (SEAE) fez uma exposição em que começou por apresentar as principais conclusões do Conselho Europeu de 4 e 5 de Novembro, com destaque para a adopção de um Programa multianual na área da Justiça e Assuntos Internos (JAI) para os próximos 5 anos, designado por «Programa Haia: reforçar a liberdade, a segurança e a justiça na União Europeia». Este programa, que dá seguimento à agenda JAI acordada pelo Conselho Europeu de Tampere (Outubro de 1999), estabelece as prioridades políticas e principais linhas de acção da cooperação JAI.

Em seguida, o SEAE fez um ponto de situação relativamente à transposição de directivas comunitárias para a ordem jurídica interna, sublinhando a necessidade de mobilizar todos os meios para o cumprimento dos objectivos comunitários e nacionais nesta matéria. O Governo está empenhado em colocar Portugal entre os primeiros Estados membros, neste domínio.

Transposição de Directivas do Parlamento Europeu e do Conselho

Dos diplomas aprovados, o primeiro é uma proposta de Lei que autoriza o Governo a definir o regime dos ilícitos de mera ordenação social, a consagrar direitos dos consumidores de serviços financeiros, a prever o regime aplicável às comunicações não solicitadas e a criar entidades não jurisdicionais de composição de conflitos, com vista à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 2002/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Setembro de 2002.

Através deste diploma, o Governo fica habilitado a: criar os ilícitos de mera ordenação social e as regras gerais, de natureza substantiva e processual, que se revelem adequadas a garantir o respeito pelas normas legais que disciplinam a comercialização à distância de serviços financeiros; consagrar direitos dos consumidores na contratação à distância de serviços financeiros; prever o regime aplicável às comunicações efectuadas pelos prestadores de serviços financeiros não solicitadas pelos consumidores; criar entidades não jurisdicionais de composição de conflitos relativos à prestação à distância de serviços financeiros a consumidores que, nomeadamente, permitam, no caso de o litígio ter carácter transfronteiriço, que os organismos responsáveis cooperem com as entidades dos outros Estados-membros que desempenhem funções análogas.

O segundo Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/78/CE, da Comissão, de 29 de Abril de 2004, alterando o Regulamento Relativo aos Sistemas de Aquecimento dos Automóveis e seus

Reboques, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 311/2003, de 12 de Dezembro, bem como o Regulamento da Homologação CE de Modelo de Automóveis e Reboques, seus Sistemas, Componentes e Unidades Técnicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2000, de 6 de Maio.

Até ao presente, têm-se aplicado requisitos nacionais individuais aos veículos equipados com sistemas de aquecimento a GPL. Tendo agora em vista assegurar uma abordagem harmonizada dos requisitos técnicos dos aparelhos e sistemas de aquecimento a GPL, devem ser aplicadas, no âmbito do sistema de homologação dos veículos automóveis e seus reboques, duas normas europeias que estão actualmente disponíveis.

À luz do progresso técnico é, consequentemente, necessário introduzir no Regulamento Relativo aos Sistemas de Aquecimento dos Automóveis e seus Reboques estas duas normas e os elementos principais do Regulamento n.º 67 da Comissão Económica para a Europa, das Nações Unidas (UNECE).

As excepções relativas aos sistemas de aquecimento dos veículos para fins especiais, nomeadamente, das auto-caravanas e caravanas que frequentemente

estão equipadas com sistemas de aquecimento a GPL, deixam de ser necessárias, devido à introdução de requisitos para os sistemas de aquecimento a GPL. Consequentemente, as disposições de segurança harmonizadas do «Regulamento Relativo aos Sistemas de Aquecimento dos Automóveis e seus Reboques» terão de ser aplicáveis a todos os veículos, incluindo os veículos para fins especiais.

O terceiro Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/77/CE, da Comissão, de 11 de Agosto de 2003, alterando o «Regulamento dos Elementos e Características dos Veículos a Motor de Duas e Três Rodas», aprovado pelo Decreto-Lei n.º 267-B/2000, de 20 de Outubro, bem como o «Regulamento da Homologação de Veículos a Motor de Duas e Três Rodas e Respectivo Indicador de Velocidade», aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30/2002, de 16 de Fevereiro.

O presente diploma tem como principal objectivo clarificar determinados aspectos relativos aos dados de ensaio para se proceder ao controlo técnico anual dos valores-limite para as emissões poluentes dos motociclos de duas rodas. Estes limites são aplicáveis em duas fases. A primeira fase produziu efeitos a partir de 1 de Abril de 2003, para qualquer modelo de veículo. A segunda fase produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, para novos modelos.

Nos termos da segunda fase, a medição das emissões poluentes dos motociclos de duas rodas é feita com base no ciclo de ensaio urbano elementar, fixado pelo Regulamento n.º 40 do Acordo relativo a veículos a motor da Comissão Económica para a Europa, das Nações Unidas (UNECE), e no ciclo de condução extra-urbano, fixado no Regulamento das Homologações



Conselho de Ministros Especial Bragança

CE de Veículos, Sistemas e Unidades Técnicas, relativamente às Emissões Poluentes.

Adicionalmente, importa prever o registo destes dados no Anexo VI-A do Regulamento da Homologação de Veículos a Motor de Duas e Três Rodas e Respectivo Indicador de Velocidade. Pelo presente diploma pretende-se, também, proceder à regulamentação do n.º 3, do artigo 114.º do Código da Estrada.

O quarto Decreto-Lei aprova o Regime Jurídico das Sociedades Anónimas Europeias.

O presente Decreto-Lei tem por objectivo adaptar a legislação nacional à entrada em vigor, no passado dia 8 de Outubro de 2004, do Regulamento (CE) n.º 2157/2001 do Conselho, relativo ao estatuto da sociedade europeia (SE).

Este Regulamento institui um novo tipo de pessoa colectiva, de natureza societária, sob o nome de Societas Europaea, ou sociedade anónima europeia, que apresenta as seguintes características essenciais: a sua natureza de sociedade anónima; o dever de adopção de uma firma que integre, ao início ou no final, a sigla SE; a obrigação de os seus fundadores estarem, imediata ou mediatamente, ligados a mais de um Estado-Membro da União Europeia; a localização da sua sede estatutária num dos Estados-Membros; a sua sujeição a registo no Estado-Membro da localização da sede estatutária; o tratamento como uma sociedade anónima constituída segundo o Direito do Estado-Membro onde a sociedade anónima europeia tenha a sua sede estatutária, sem prejuízo das demais regras do Regulamento e das disposições normativas especiais que venham a ser aprovadas em seu desenvolvimento.

Através da criação da sociedade anónima europeia, permite-se às empresas, que tenham ou pretendam ter uma dimensão adaptada à satisfação de necessidades que ultrapassem as fronteiras nacionais, a possibilidade de reorganizarem as suas actividades a nível comunitário.

O quadro legal ora estabelecido procura facilitar às empresas portuguesas a realização de operações de reestruturação e de cooperação com outras empresas europeias, congregando os seus potenciais num esforço comum.

O texto do Regulamento inclui, entre muitas outras disposições, normas comuns a todos os Estados sobre as diversas modalidades de constituição deste tipo de sociedade (por fusão, por constituição de uma sociedade gestora de participações sociais ou de uma sociedade filial e por transformação), sobre a transferência da sua sede para outro Estado-Membro da União Europeia, bem como sobre vários traços da estrutura da sociedade anónima europeia (orgânica, funcionamento e extinção da sociedade, designação, competência, responsabilidade e cessação de funções dos titulares dos órgãos sociais e alteração do contrato de sociedade).

No que respeita aos Direitos dos Estados-Membros, o Regulamento prevê expressamente a aplicação às sociedades anónimas europeias quer de disposições legislativas adoptadas especificamente para estas, quer de disposições legislativas que sejam já aplicáveis às sociedades anónimas comuns.

Ainda um quinto Decreto-Lei transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/104/CE, da Comissão, de 12 de Novembro de 2003, relativa a certos produtos utilizados na alimentação dos animais.

No âmbito da União Europeia, está estabelecido o princípio de que os produtos destinados à alimentação animal devem ser de qualidade sã e íntegra e, consequentemente, não devem representar, quando correctamente utilizados, qualquer perigo para a saúde humana ou animal ou para o ambiente, nem ser susceptíveis de afectar negativamente a produção pecuária.

Assim, é necessária, para garantir o princípio acima referido, uma adequada regulamentação no domínio dos alimentos para animais que estabeleça o cumprimento dos procedimentos adequados aquando da aprovação de um novo produto ou de uma nova utilização de um produto já

autorizado. Neste sentido, Portugal tem vindo a transpor sistematicamente para a sua legislação interna as diversas directivas comunitárias que, pela constante evolução no domínio técnico e científico no que se refere a certos produtos utilizados na alimentação dos animais, vêm sendo publicadas.

O presente diploma corresponde exactamente a essa prática, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/104/CE, que autoriza a utilização do éster isopropílico do análogo hidroxilado de metionina em certos produtos para alimentação dos animais.

Plano de Urbanização de Monforte

Por Resolução do Conselho, ratifica-se o Plano de Urbanização de Monforte, no município de Monforte.

A ratificação do Plano de Urbanização de Monforte, através do presente diploma, permite ampliar o perímetro urbano do aglomerado, definido no Plano Director Municipal em vigor.

Contrato de entre o Estado, a Amorim Lage, e a Milaneza

Também por Resolução do Conselho foi aprovada a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a



Amorim Lage, SGPS, S.A. e a Milaneza - Massas e Bolachas, S.A. para a realização de um projecto de investimento na Maia.

A Milaneza – Massas e Bolachas, S.A., cuja actividade se iniciou há mais de 80 anos sob a forma de um negócio familiar e que é hoje um dos grupos nacionais de maior relevo no sector agro-alimentar, produz e comercializa massas alimentícias bolachas e farinhas para usos culinários, acompanhando a evolução dos mercados num processo de contínua renovação e melhoria tecnológica.

O posicionamento da Milaneza no mercado ibérico determina a necessidade de redimensionar a sua estrutura fabril e organizativa, a fim de dar resposta compatível com a dimensão e exigência dos seus actuais clientes e o grau de competitividade do espaço concorrencial em que se insere.

A Milaneza decidiu, assim, realizar, no pólo fabril da Maia, um projecto de investimento que visa o aumento dos níveis de produtividade, a melhoria do serviço aos clientes e a manutenção da qualidade dos produtos, bem como o reforço da qualificação dos recursos humanos da empresa.

O investimento em causa ronda os 6,6 milhões de euros, dos quais cerca de 224 mil euros se destinam à realização de acções de formação profissional.

O projecto permite a criação de 13 novos postos de trabalho e assegura

Conselho de Ministros Especial Bragança

ainda a manutenção dos actuais 186, prevendo-se o alcance, em 2004, de um volume de vendas da ordem dos 31,6 milhões de euros.

Deste modo, considera-se que o projecto, pelo seu mérito, demonstra especial interesse para a economia nacional e reúne as condições necessárias à admissão ao regime contratual e à concessão de incentivos financeiros e fiscais previstos para grandes projectos de investimento.

Aquisição de bens e serviços por via electrónica, na Administração Pública

Por Decreto-Lei estabelece-se o regime de aquisição de bens e serviços por via electrónica na Administração Pública, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004.

O novo regime permite a aquisição de bens e serviços na Administração Pública, por via electrónica. Em síntese, o presente diploma:

Estabelece o princípio da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços por via electrónica, salvo quando essa celebração se torne impossível ou excessivamente onerosa;

Simplifica o regime de prova;

Esclarece a obrigatoriedade da conservação da ordem de chegada dos documentos por ordem cronológica, com pleno aproveitamento das possibilidades tecnológicas do «time stamp»;

Estabelece a obrigatoriedade de publicar no Portal de Compras Públicas todos os anúncios que devem ser publicitados no Diário da República;

Para conferir maior transparência às adjudicações, prevê a obrigatoriedade de publicar as adjudicações de procedimentos aquisitivos com um valor superior a Euros 124 699,47, salvo as adjudicações de contratos excepcionados pelo Decreto-Lei n.º 197/99;

Regula o acto público electrónico e a sessão de negociação por via electrónica;

Determina o dever de pagamento por transferência electrónica de fundos ou outra forma de transferência bancária, bem como através de cartão de débito ou crédito.

O presente diploma foi hoje aprovado na generalidade, atendendo à necessidade de se cumprirem os processos de audição legalmente previstos, bem como o processo de notificação prévia à Comissão Europeia.

Por Decreto-Lei é estabelecido o regime da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens, serviços e redes de comunicações electrónicas, bem como dos equipamentos e serviços conexos, transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, alterando o Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

O novo regime promove a aquisição de bens e serviços de comunicações na Administração Pública, por realização de procedimentos aquisitivos com consulta a um mínimo de três fornecedores. As principais inovações deste diploma são:

Consagra o princípio da consulta mínima a três fornecedores;

Estabelece critérios que contemplam a avaliação de propostas, no âmbito do presente diploma;

Consagra o princípio da elaboração de relatórios de avaliação, independentemente do tipo de procedimento;

Estabelece a obrigatoriedade de reduzir a escrito os contratos de prestação de serviços;

Elimina a isenção de procedimentos na aquisição de telefonia vocal, telex, radiotelefonía móvel, chamada de pessoas e comunicações via satélite, para o Estado e Institutos Públicos;

Proíbe a renovação dos contratos públicos de serviços iniciados no momento da entrada em vigor do presente diploma.

Transferência para a Região Autónoma da Madeira de atribuições e competências fiscais

Um Decreto-Lei transfere para a Região Autónoma da Madeira as atribuições e competências fiscais cometidas à Direcção de Finanças da Região Autónoma da Madeira.

O presente Decreto-Lei foi hoje aprovado em definitivo, na sequência da conclusão do processo de audição das organizações sindicais.

O regime político-administrativo próprio das Regiões Autónomas, consagrado no artigo 225.º da Constituição da República Portuguesa e desenvolvido no Estatuto Político Administrativo das Regiões Autónomas, determina a transferência para as Regiões Autónomas de todas as funções e correspondentes serviços cuja descentralização permita responder melhor

aos interesses das respectivas populações, sem contender no entanto com o princípio da unidade e com a soberania do Estado.

Quer a Constituição quer o referido Estatuto atribuem àquela Região Autónoma poder tributário próprio, consistindo o mesmo, designadamente, no direito a dispor de todas as receitas fiscais cobradas no seu território, independentemente da sua natureza e da sua categoria específica.

Está, assim, criado o quadro legal que possibilita e aconselha a regionalização dos serviços fiscais da Região Autónoma da Madeira, como forma de concretizar a autonomia financeira regional, possibilitando um efectivo controlo regional sobre as diversas actividades fiscais e o cumprimento cabal dos citados preceitos constitucionais e estatutários sobre a titularidade das receitas.

A descentralização operada pela presente iniciativa legislativa passa, no entanto, pelo aproveitamento dos meios humanos que aí prestam serviço, a qual terá de ser feita sem prejuízo dos direitos adquiridos e com garantia das justas aspirações e expectativas que possuíam. Para o efeito, são criadas situações de transição, com vista à salvaguarda desses direitos, e faz-se depender do funcionário a sua desvinculação ou não do serviço originário.

Criação da UMIC como Agência

Um Decreto-Lei cria a UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P.

Volvidos dois anos desde a sua criação, a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento tem resultados concretos da sua actividade, com competências exclusivas, das quais resultaram também fortes expectativas no mercado.

Face à sua natureza precária - uma mera estrutura de missão, necessariamente transitória, sem autonomia, sem quadro de pessoal, nem personalidade jurídica - a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento não reúne as condições técnicas necessárias para uma realização eficaz dos projectos previstos para 2005 e 2006, bem como dos desafios operacionais que se virão a colocar ao longo deste e dos próximos anos.

Assim, para que a UMIC possa ter as condições mínimas para continuar a corresponder às expectativas criadas num cenário em que a exigência é muito maior e o tempo disponível cada vez menor, decidiu o Governo criar a UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P., um veículo institucional eficaz e facilitador dos procedimentos requeridos para fazer chegar aos cidadãos as mudanças desejadas.

A UMIC, I.P., é um instituto público, dotado de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, que exerce a sua actividade sob tutela e superintendência do membro do Governo que tutela a área da sociedade da informação.

A UMIC, I.P., tem por missão o planeamento, a gestão, a coordenação e o desenvolvimento de projectos nas áreas da sociedade da informação e governo electrónico.

Aprovado o «Guia para as comunicações na Administração Pública»

Uma Resolução do Conselho aprova o «Guia para as comunicações na Administração Pública».

Tendo em consideração que a melhoria da qualidade e eficiência das infra-estruturas de comunicações na Administração Pública constitui um factor determinante para a modernização dos serviços prestados pelo Estado aos cidadãos e às empresas, o Conselho de Ministros aprovou hoje o «Guia para as Comunicações na Administração Pública», o qual fixa os princípios e boas práticas por que se devem reger as comunicações na Administração Pública. Os principais objectivos deste Guia são:

Dinamizar a função de planeamento das comunicações na Administração Pública (AP);

Melhorar a capacidade de coordenação em toda a AP e motivar a cooperação entre as diferentes entidades;

Melhorar a capacidade de organização na gestão das comunicações da Administração Pública, através da definição de instrumentos e divulgação de recomendações;

Dinamizar o clima de concorrência entre fornecedores e promover a aquisição mais eficiente, competitiva e transparente de bens e serviços de comunicações;

Optimizar as condições técnicas e comerciais de contratos com ou

Conselho de Ministros Especial Bragança

sem vínculo, em vigor ou em vias de renovação;

Aumentar a qualidade e a eficiência das infra-estruturas de comunicações;

Dinamizar o desenvolvimento da banda larga na AP;

Racionalizar os custos de comunicações.

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, 2005/2015

A última Resolução do Conselho aprova os objectivos e vectores estratégicos da proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005/2015 e define o processo de elaboração da versão final da ENDS e das respectivas Fichas Estratégicas.

A procura de um modelo mais sustentável de sociedade tem-se transformado, ao longo das últimas duas décadas, numa verdadeira vaga de fundo à escala internacional: a União Europeia aprovou em 2001 a Estratégia Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável e as Nações Unidas, por seu turno, decidiram consagrar a década de 2005-2015 ao carácter estratégico do desenvolvimento sustentável.

A presente Resolução aprova os objectivos essenciais da proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005/2015, cujo grande desígnio se traduz em «fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social».

Neste sentido, define-se o processo a seguir na preparação da versão final da ENDS e das respectivas Fichas Estratégicas, determinando o envolvimento de todo o Governo, bem como dos Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, e ainda da sociedade civil, e privilegiando o debate alargado e a divulgação através das novas tecnologias de informação.

Estabelece-se, também, a necessidade de articulação com a Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável e com a Estratégia de Lisboa.

Condições da cessação dos Contratos de Aquisição de Energia

Um Decreto-Lei, aprovado no contexto da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 52/2004, de 29 de Outubro, procede à definição

das condições da cessação dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) e à criação de medidas compensatórias relativamente à posição de cada naqueles contratos.

O Conselho de Ministros aprovou hoje, ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 52/2004, de 29 de Outubro, um decreto-lei relativo à cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia (CAE) celebrados entre a entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT) e as entidades titulares de licenças vinculadas de produção de energia eléctrica (produtores).

O aludido diploma vem proceder à definição das condições de cessação antecipada dos CAE e à criação de medidas compensatórias que assegurem a apropriada equivalência económica relativamente à posição de cada parte no CAE, atribuindo-se a um dos titulares dos CAE o direito ao recebimento, mediante um mecanismo de repercussão universal na Tarifa de Uso Global do Sistema, de compensações (susceptíveis de transmissão para efeitos de titularização) pela cessação antecipada destes contratos.

As medidas compensatórias agora aprovadas, que foram objecto de decisão de não objecção pela Comissão Europeia anunciada publicamente em 22 de Setembro, contemplam a atribuição de uma compensação inicial em relação a cada CAE, cujo valor bruto corresponde à diferença entre o valor desse CAE e as receitas expectáveis em regime de mercado (tendo por referência um preço médio anual de mercado de 36€/MWh, deduzidas dos correspondentes encargos variáveis de exploração).

Durante os primeiros dez anos de aplicação da medida, o montante inicial da compensação encontra-se sujeito a ajustamentos anuais positivos ou negativos, com base nas receitas reais obtidas em mercado, de modo a assegurar a obtenção de benefícios económicos equivalentes aos proporcionados pelos CAE.

No final do décimo ano, o montante compensatório será objecto de um ajustamento final calculado com base na projecção das receitas expectáveis até ao final do período de aplicação da medida.

A solução legal consagrada no presente diploma visa possibilitar que o processo de cessação dos CAE e a atribuição das correspondentes compensações seja favorável para os consumidores, quer por viabilizar a liberalização e o aumento da concorrência no sector eléctrico, quer por os custos com a compensação dos Produtores terem por contrapartida a cessação dos custos inerentes aos CAE, quer ainda por a repercussão dos primeiros na tarifa se efectuar de uma forma diluída, por um período previsto de 23 anos, de modo a tutelar adequadamente os direitos e os interesses económicos dos consumidores de energia eléctrica.

– Fonte: Portal do Governo



Conselho de Ministros Especial “N.R.P. Sagres”

O Conselho de Ministros, na reunião de dia 16, a bordo do Navio Escola Sagres, começou por analisar três ante-projectos de diplomas para o sector das pescas.

Um dos diplomas pretende, entre outras medidas, criar uma linha de crédito, destinada às entidades do sector das Pescas em situação financeira difícil, que visa permitir a renegociação de dívidas em curso, referentes a financiamentos nas áreas da modernização e reconversão das estruturas produtivas.

Outro regula o licenciamento e a fiscalização da pesca lúdica, ao mesmo tempo que consagra o objectivo genérico de apoio ao sector das pescas, através da implementação de medidas inovadoras como a criação de um Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca.

No âmbito do Plano de Acção para o Desenvolvimento e Competitividade do Sector da Pesca, recentemente aprovado, foi ainda analisada a criação de um sistema centralizado de compras que possibilite a redução dos custos de produção no sector da captura.

O Conselho de Ministros aprovou, depois, os seguintes 13 diplomas:

Tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas

Proposta de Lei que altera pela décima terceira vez o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando novas substâncias à tabela II-A anexa ao decreto-lei.

Com este diploma, actualiza-se a lista de substâncias a que é aplicável o regime jurídico do tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (Decreto-Lei n.º 15/93), acrescentando as seguintes drogas sintéticas: 2C-1 (2,5-dimetoxi-4-iodofenilamina), 2C-T-2 (2,5-dimetoxi-4-etilfenilamina), 2C-T-7 (2,5-dimetoxi-4-propiltiofenilamina) e TMA-2 (2,4,5-trimetoxianfetamina).

Número e capa de matrícula de veículos

Decreto-Lei que aprova o «Regulamento do Número e Chapa de Matrícula dos Automóveis, seus Reboques, Motociclos, Triciclos e Quadriciclos de Cilindrada Superior a 50 cm³».

As actuais séries de matrícula dos automóveis encontram-se praticamente esgotadas pelo que urge proceder à alteração da disposição dos caracteres que constituem a chapa de matrícula, de forma a dar continuidade às séries de matrícula em uso.

As características das chapas de matrícula e a respectiva instalação são adaptadas ao progresso técnico, sendo ainda regulamentadas as condições em que as mesmas são produzidas.

Por outro lado, a importância e a especificidade da matéria justificam que se proceda à compilação num único diploma de matéria anteriormente dispersa no Regulamento do Código da Estrada.

Compensação dos Prejuízos devidos à Poluição por Hidrocarbonetos

Decreto que aprova o Protocolo de 2003 à Convenção Internacional para a Constituição de um Fundo Internacional para Compensação dos Prejuízos devidos à Poluição por Hidrocarbonetos, de 1992, assinado em Londres, em 16 de Maio de 2003.

O presente Decreto mantém a viabilidade do sistema internacional de responsabilidade e indemnização pela poluição causada por hidrocarbonetos e cria um regime complementar de fundos que procura garantir que as vítimas dos danos causados pela poluição por hidrocarbonetos sejam indemnizadas integralmente pelas suas perdas ou danos, ao mesmo tempo que permite aliviar as dificuldades sentidas pelas vítimas quando haja risco de que o montante de indemnização disponível, ao abrigo das Convenções CLC 1992 e FIPOL 1992, seja insuficiente para pagamento integral das indemnizações estabelecidas.

Plano de Pormenor da Entrada Norte de Santa Clara-a-Nova

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica parcialmente a alteração ao Plano de Pormenor da Entrada Norte de Santa Clara-a-Nova, no município de Almodôvar.

O Governo resolveu ratificar a alteração a este Plano de Pormenor, por forma a compatibilizar o plano com os parâmetros definidos no Plano Director Municipal, nomeadamente no que se refere à construção, assim como à redefinição da geometria e áreas de aglomerados.



Plano Director Municipal de Elvas

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica a alteração ao Plano Director Municipal de Elvas e aprova a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional para a área do mesmo município.

A presente alteração consiste na modificação dos perímetros dos aglomerados urbanos de Calçadinha e Varche, na mudança da classe de espaços em Horta da Oliveira e Chafariz d'El Rei, de «Espaço Urbanizável em Área Periurbana» para «Espaço Urbanizável de Média Densidade», no aumento do índice de implantação previsto para os aglomerados urbanos das freguesias rurais, equiparando-o ao nível da capacidade de edificação da sede do município, no aumento do número máximo de pisos em Varche e na introdução de regras de edificabilidade na «Área Agrícola Preferencial (Solos RAN)».

É alterada a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Elvas, constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/97, com as áreas a integrar e a excluir identificadas na planta anexa à presente resolução que dela faz parte integrante.

Suspensão do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica a suspensão do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco, bem como o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma respectiva área de intervenção, pelo prazo de dois anos.

Actualmente encontram-se em vigor o Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco e o Plano Director Municipal de Castelo Branco.

Com a suspensão do PGU e o estabelecimento de medidas preventivas acautelam-se determinadas acções que poderiam comprometer ou tornar mais onerosa a futura execução do PU, actualmente em processo de revisão, mas cercando-se o menos possível as actividades urbanísticas dos particulares.

Plano Director Municipal de Águeda

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Águeda na área a abranger pelo Plano de Pormenor da Zona Envolvente ao Campo de Futebol de Macinhata do Vouga, em elaboração, bem como o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área, pelo prazo de um ano.

As razões que aconselham a alteração da situação existente são a necessidade de evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possam limitar a liberdade de planeamento ou comprometer a execução do Plano de Pormenor da Área Envolvente ao Campo de Futebol de Macinhata do Vouga,

Conselho de Ministros Especial “N.R.P. Sagres”

actualmente em elaboração para a área, bem como a necessidade de fazer face às alterações significativas das perspectivas de desenvolvimento económico e social da região, decorrentes do crescimento do concelho e da necessidade de implantar na área uma rede de equipamentos desportivos.

Apesar de afastada da sede de concelho, a área pretendida para reserva de equipamento desportivo, envolvente ao Campo de Futebol de Macinhata do Vouga, para além das boas condições de acessibilidade (proximidade ao IP5, IP1 e IC2), irá servir uma das freguesias mais populosas do concelho de Águeda, bem como, num raio de 10 km, algumas das povoações envolventes pertencentes aos concelhos de Aveiro, Albergaria-a-Velha, Estarreja e Sever do Vouga.

Plano de Urbanização da Área Urbana de Pombal

Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o estabelecimento de medidas preventivas para a área destinada à implantação de equipamentos e respectivos acessos viários, previstos no Plano de Urbanização da Área Urbana de Pombal.

O Governo resolveu ratificar o estabelecimento de medidas preventivas, pelo prazo de 2 anos, para as áreas destinadas a implantação de equipamentos (novo Centro de Saúde e Escola EB 2, 3 e Secundária) e respectivos acessos viários, previstos no Plano de Urbanização da Área Urbana de Pombal, em elaboração.

Remoção de destroços de navios encalhados e afundados

Decreto-Lei que regula a remoção de destroços de navios encalhados e afundados.

Verifica-se, presentemente, grande indefinição quanto às responsabilidades legais e administrativas dos proprietários ou armadores na remoção de navios e destroços, bem como quanto aos poderes da administração neste âmbito.

Urge, pois, regulamentar as obrigações de todos os intervenientes e dotar a administração de meios adequados que lhe permitam fazer face à realidade crescente de navios e destroços afundados e encalhados, com consequências diversas, designadamente, de tipo ambiental.

O presente diploma vem consagrar o quadro de obrigações dos responsáveis pela remoção dos navios e destroços, o procedimento de remoção, o quadro contra-ordenacional e respectivas coimas para o não cumprimento das obrigações legais, bem como definir os meios legais e institucionais à disposição da administração, designadamente no que se refere à remoção compulsiva de navios e destroços e à cobrança coerciva dos custos incorridos por aquela remoção.

Contra-ordenações no âmbito da poluição do meio marinho

Proposta de Lei que autoriza o Governo a alterar o regime das contra-ordenações no âmbito da poluição do meio marinho nos espaços marítimos sob jurisdição nacional, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 235/2000, de 26 de Setembro.

O presente diploma altera o regime legal dos ilícitos de poluição marítima nos seguintes aspectos:

Alteração dos limites das coimas aplicáveis ao agente poluidor para os montantes mínimos e máximos, respectivamente, de Euros 1.500 e Euros 15.000, no caso do infractor ser pessoa singular;

Alteração dos limites das coimas aplicáveis ao agente poluidor para os montantes mínimos e máximos, respectivamente, de €70.000 e € 5.000.000, no caso do infractor ser pessoa colectiva;

Reformulação dos limites actualmente previstos em lei para as situações de publicidade de decisões condenatórias;

Consagração da possibilidade da requisição de meios públicos e privados para o combate à poluição marinha;

Aditamento da possibilidade de punição da reincidência e da prática reiterada de factos que constituam contra-ordenação, através do agravamento do limite mínimo das coimas em dois terços.

«Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental»

Resolução do Conselho de Ministros que cria a estrutura de missão denominada «Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental».

A Estrutura agora criada tem como missão a preparação de uma proposta de extensão da Plataforma Continental de Portugal, para além das duzentas milhas náuticas, para apresentação à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) das Nações Unidas, bem como o acompanhamento do processo de avaliação de propostas pela CLPC.

Simultaneamente, extinguiu-se a Comissão Interministerial para a Delimitação da Plataforma Continental, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/98.

Planos de acolhimento de navios em dificuldade

Resolução do Conselho de Ministros que estabelece as linhas orientadoras a que devem obedecer os planos de acolhimento de navios em dificuldade, dando execução ao disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de Julho, e cria um grupo de trabalho para proceder à definição, a nível nacional, da actuação e dos procedimentos prévios à decisão de acolhimento.

Esta Resolução determina qual a autoridade responsável pela autorização de acesso de um navio em dificuldade a um local de refúgio em águas sob jurisdição portuguesa e estabelece requisitos de acesso dos navios em dificuldade a um local de refúgio, assim como os procedimentos e respectiva articulação entre as diversas entidades envolvidas.

Concretamente, determina-se qual a entidade competente para a decisão de acolhimento, a constituição de uma Comissão Técnica de Acolhimento de Navio em Dificuldade para efeitos de parecer prévio e os elementos a ponderar na decisão de acolhimento, ou não, de um navio no local de refúgio, bem como a criação de um Grupo de Trabalho a quem compete elaborar um relatório sobre a definição, a nível nacional, da actuação e dos procedimentos prévios à decisão de acolhimento, e a compatibilização entre os planos de contingência já existentes para os portos comerciais e o plano nacional de acolhimento de navios em dificuldade.

Programa Relativo à aquisição de Navios Destinados à

Marinha Portuguesa

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Programa Relativo à aquisição de Navios Destinados à Marinha Portuguesa («PRAN») bem como a realização da despesa relativa aos contratos a celebrar no respectivo âmbito.

A executar num período de onze anos, este programa compreende um contrato-quadro, um contrato específico de aquisição de seis Navios Patrulha Oceânicos e um contrato específico de aquisição de cinco Lanchas de Fiscalização Costeira.

A implementação do Programa visa dar execução cabal ao que, desde 2002, constitui um objectivo do Estado, no sentido de ser devidamente assegurada uma adequada mobilidade e capacidade para o exercício de uma acção continuada de vigilância e presença nos espaços marítimos nacionais, sobretudo numa perspectiva defensiva, visando, desde logo, a realização de acções de fiscalização em áreas oceânicas, designadamente nas zonas económicas exclusivas do continente e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, bem como nas áreas interiores ribeirinhas.

O início de construção da primeira Lancha de Fiscalização Costeira está previsto para o ano de 2005, devendo todas as lanchas estar concluídas até final de 2011. No que concerne ao primeiro Navio Patrulha Oceânico, o início da sua construção está previsto para 2006, devendo todos os navios estar concluídos até ao final de 2015.

O PRAM, ao compreender também a adjudicação dos contratos com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, contribui ainda decisivamente para a crescente participação e desenvolvimento da indústria nacional especializada na construção naval.

Os encargos resultantes da execução do programa serão satisfeitos pelas verbas inscritas no PIDDAC. - Fonte: Portal do Governo – Fotos: “Lusa”



Primeiro-Ministro: Sociedade de Informação

O Governo aumentou «em mais de 8% o esforço financeiro» na área da Sociedade da Informação para 2005, «dedicando mais de 380 milhões de euros a projectos que envolvem praticamente todos os Ministérios», disse o Primeiro-Ministro, no passado dia 10 de Novembro.

Pedro Santana Lopes, que apresentou a estratégia para a Sociedade da Informação, referiu que esta é composta por «iniciativas concretas, criteriosamente seleccionadas, todas elas calendarizadas e orçamentadas, todas elas com participantes identificados».

Apontando uma, disse que o Governo pretende que metade das famílias que estão ligadas à net, tenham banda larga no final de 2005. O Primeiro-Ministro afirmou ainda que «o sector público deve continuar a ambicionar ser o melhor prestador de serviços do país», para o que necessita de mudanças articuladas «por dentro», que já se iniciaram.

Nessa apresentação, desenvolvendo o seu pensamento, Pedro Santana Lopes afirmou, dirigindo-se às personalidades presentes, ministros, secretários de estado, autarcas representantes da sociedade civil e público em geral:

O dia que hoje vivemos terá um significado muito especial na história do nosso país, na história das vossas organizações, na história do Governo que tenho a honra de liderar.

Será o dia em que recordaremos um espaço repleto de gente que, constatando o ritmo vertiginoso de mudança e transformação da Sociedade, pretende participar fortemente nessa dinâmica, de forma a que ela se traduza num Portugal melhor.

Um espaço repleto de gente que sabe que o conhecimento, o acesso ao conhecimento e o uso que se faz dele, são hoje as questões determinantes para a Sociedade Portuguesa.

Um espaço repleto de gente disponível para utilizar as suas competências (e mobilizar outras) de forma determinada, consciente, entusiasmada, no processo de mudança de um país cuja capital baptizou a estratégia que representou a mudança de paradigma no desenvolvimento económico e social da Europa, a Estratégia de Lisboa.

Todos nós sabemos que a chamada «Sociedade da Informação» não é mais uma construção semântica, um preciosismo conceptual, um instrumento útil de retórica política.

A Sociedade da Informação é a sociedade em que hoje todos vivemos

A Sociedade da Informação é a sociedade em que hoje todos vivemos.

A Sociedade onde já não há longe nem distância;

A Sociedade em que já nem o céu é o limite.

A Sociedade que é, hoje mais do que nunca, aquilo que quisermos fazer dela.

O potencial de transformação que as tecnologias de informação e comunicação representam, permite-nos uma abordagem aos problemas e desafios completamente distinta da que fazíamos há 20, há 10, arrisco-me a dizer, há



cinco anos atrás. Na Sociedade da Informação, ontem é já uma data muito, muito distante.

Ontem falávamos em repetição, hoje falamos em imaginação.

Ontem sofríamos com o peso, hoje surpreendemo-nos com a leveza.

Ontem medíamos em quilómetros, hoje medimos em segundos.

Todos nós temos esta consciência de forma muito clara. Todos nós somos capazes de contribuir para reflectir esta realidade numa vida melhor para nós, para os nossos filhos.

Pelo lado do Governo, estamos aqui hoje para vos propor uma colaboração objectiva para os próximos dois anos.

Porque está muita coisa em jogo, propomos um conjunto de iniciativas concretas, criteriosamente seleccionadas, todas elas calendarizadas e orçamentadas, todas elas com participantes objectivamente identificados.

São iniciativas que envolvem, debaixo de um espírito de colaboração, de interacção, promovido de forma muito intensa nos últimos dois anos, Administração Pública, mercado e sociedade civil.

São iniciativas cuja importância se mede pelos resultados objectivos que projectam. Nesse sentido, volto a recordar os últimos dois anos.

Com efeito, o Governo liderado pelo Dr. Durão Barroso deixou uma marca indelével no avanço da construção da Sociedade da Informação. Sob a tutela política do Dr. José Luís Arnaut, a quem presto a minha homenagem pelo trabalho desenvolvido, a política para a Sociedade da Informação traduziu-se num Portugal hoje

diferente.

Foi para isso decisivo o trabalho preconizado pela Unidade de Missão Inovação e Conhecimento, liderado pelo Dr. Diogo Vasconcelos, a quem Portugal já hoje muito deve e a quem deixo também, em nome do Governo, o meu agradecimento.

Hoje temos uma Administração Pública bem mais moderna, quer nos procedimentos associados à prestação de serviços, quer nas infra-estruturas técnicas que lhes servem de suporte.

Hoje temos uma economia que aproveita e utiliza as tecnologias de informação e comunicação de forma importante, poupando nos custos, nos tempos, acelerando na identificação e análise de oportunidades, dentro do mundo global.

Para esta mudança, foi e continua a ser fundamental o trabalho, já feito ou em curso, ao nível da massificação da Internet de Banda Larga, através de iniciativas como os Campus Virtuais (um case study mundial, já seguido por outros países), a disponibilização de Internet de Banda Larga em praticamente todas as escolas do ensino público básico e secundário, a construção de uma rede de fibra óptica para as universidades, a multiplicação dos postos públicos de acesso à Internet, entre outros exemplos.

No caso particular da Administração Pública, o Portal do Cidadão e as Compras Públicas Electrónicas são dois marcos.

O primeiro, pelo que representa em termos da nova fase de relacionamento entre o Estado e aqueles que justificam a sua existência - os cidadãos e as empresas. Nunca é demais repeti-lo, o trabalho feito por 500 pessoas de 120

Actividade do Governo

entidades em pouco mais de nove meses é, provavelmente, uma referência internacional.

O segundo, pelo que significa em termos da proclamação de um Estado mais transparente e eficiente no processo aquisitivo público. As poupanças são já elevadas e trabalhou-se, ainda e apenas, aquisição de economato nalguns ministérios. O ganho potencial é elevadíssimo com a generalização deste trabalho a toda a Administração Pública.

Acesso ao conhecimento ilimitado e instantâneo

Finalmente, destaco um outro marco pelo que representa em termos da revolução do processo de estudo ou, como o Dr. Diogo Vasconcelos costuma referir de forma vibrante, em termos do acesso ao conhecimento, em termos do alargamento da fronteira do conhecimento. Falosvos da Biblioteca do Conhecimento on-Line.

Imaginem isto: 50 instituições, cerca de trezentos mil potenciais utilizadores e, em menos de seis meses, mais de um milhão de downloads de artigos científicos.

Imaginem agora o que será com a extensão da participação a outras instituições e com a disponibilização de bem mais do que as 3.500 publicações científicas cujo conteúdo é integralmente acessível a partir da Internet. É, de facto, uma outra sociedade. É a sociedade em que vivemos.

A propósito do Euro 2004, cantava-se “Queremos mais, queremos muito mais”. O campo, aqui, é outro. Mas a ambição é a mesma. E tal como no futebol a diferença não está na qualidade das chuteiras da relva ou da bola, apesar da ajuda que possam representar, também aqui não é a tecnologia que, só por si, faz a diferença, o choque.

São as pessoas que ditam o resultado.

Somos nós, todos nós, todos aqueles com quem trabalhamos e para quem trabalhamos, que



podem conquistar vitórias.

Nos próximos dois anos continuar-se-ão os trabalhos em curso e a estes somar-se-ão outros, vários outros, porque todos os segundos contam e o mundo não espera.

Nesse sentido, aumentámos em mais de 8% o esforço de investimento nesta área para 2005, alocando mais de 380 milhões de euros a projectos que envolvem praticamente todos os ministérios do Governo e que contam com a colaboração efectiva de todos os agentes na realização eficaz desse esforço, para além da coordenação e acompanhamento regulares da UMIC.

Porque consideramos que a Internet de Banda Larga é, em si mesma, condição essencial para o sucesso das iniciativas que vos referi no início e de que vos será dada conta em mais detalhe daqui a pouco, trabalharemos arduamente em torno do

já designado “objectivo 50%”, ou seja, taxa de penetração de Internet de Banda Larga de 50% dos agregados familiares no fim de 2005.

A auto-estrada fundamental para o século XXI

Não será fácil, temos essa consciência. Mas sabemos também que esta é a auto-estrada fundamental para o século XXI e, por isso, tudo faremos para garantir que o mercado tem condições para funcionar melhor e, dessa forma, nos ajudar em torno daquele desígnio.

Consideramos também que o sector público deve continuar a ambicionar ser o melhor prestador de serviços do país. Para isso, a mudança ocorre por dentro, de diversas formas, todas elas articuladas.

Aqui, destaco a reformulação dos processos já iniciada, com tudo o que ela representa em termos funcionais, organizacionais, legais e tecnológicos. Brevemente, e a título de exemplo, dar-se-á mais um passo, com o lançamento do concurso público para o início da reformulação do processo de constituição da empresa. Vários outros concursos como este se seguirão ainda este ano.

Amanhã mesmo teremos um Conselho de Ministros recheado de mudanças concretas que mostram o quão sério e definitivo é o nosso empenhamento, com novidades muito, muito importantes, na área das comunicações na Administração Pública e na área da contratação pública com recursos a mecanismos electrónicos.

O Conselho de Ministros ficará, contudo, marcado pela aprovação da criação da nova entidade responsável pela liderança operacional de todo o trabalho a desenvolver daqui em diante nesta área.

Incorporando todas as competências desenvolvidas nos últimos dois anos pela UMIC, beneficiando do prestígio desta marca que todos hoje já conhecemos e apreciamos, nascerá assim a UMIC - Agência para a Sociedade da Informação.

Trata-se de uma mudança fundamental para a sustentabilidade de todo o trabalho desenvolvido e para a elevação que hoje aqui fazemos da ambição que até então tínhamos.

Com competências reforçadas, quer na Administração Pública, quer no na Sociedade Civil, com uma capacidade organizacional e operativa bem mais competitiva, a nova UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, representará um novo momento para a sociedade portuguesa.

Rigor, brio e profissionalismo no trabalho a fazer;

Coragem, entusiasmo, audácia na mobilização do país,

Serão os princípios orientadores desta entidade, na linha do que dela recebemos até agora, com uma fásquia bem mais alta para o futuro.

Teremos, contudo, hoje e mais do que nunca todos, presente que todos somos poucos. Todos temos um papel a desempenhar, todos temos uma responsabilidade objectiva neste contexto.

Do lado do Governo, contem com uma dedicação sem precedentes a este tema, perante estas iniciativas. Procurem fazer o mesmo. É Portugal que o justifica. – Fonte: Portal do Governo



Administração Interna: Visita à Direcção Nacional da PSP e grandes linhas estratégicas de acção

O Ministro da Administração Interna visitou à dias a Direcção Nacional da PSP, tendo reunido com o Director Nacional, directores Nacionais Adjuntos, Superintendentes Chefes e outros altos graduados da instituição, bem como Chefes, sub-Chefes, Agentes e funcionários civis que ali prestam serviço. Dirigindo-se aos presentes o Ministro proferiu as seguintes palavras:

É para mim um prazer e uma honra visitar a Polícia de Segurança Pública na qualidade de Ministro da Administração Interna. Pese embora não seja a primeira vez que entro nas instalações desta Direcção Nacional, por no passado ter exercido funções no âmbito da segurança interna, é com o maior prazer que o faço hoje, na qualidade de responsável pela tutela desta prestimosa e prestigiada instituição, cuja origem remonta ao século XIX, quando por decreto de El-Rei D. Luís de 2 de Julho de 1867, foi criada a “Polícia Cívica”, corpo policial instituído em todos os distritos e na dependência directa dos respectivos governadores.

Foi, porém, após a implantação da República, mais precisamente pelo Decreto 4166, de 27 de Abril de 1918, que foi criada no então Ministério do Interior uma direcção autónoma denominada Direcção-Geral de Segurança Pública, que passou a superintender nos serviços policiais e de segurança em todo o território nacional. Mas apenas em 1922, com o Decreto 8435, surge pela primeira vez a actual designação de Polícia de Segurança Pública, com funções restritas à manutenção da ordem pública.

Senhor Director Nacional

Agradeço, penhorado, as palavras que teve a amabilidade de me dirigir e aproveito para lhe reiterar a minha confiança bem como a toda a Direcção Nacional. Ao longo do tempo esta venerável instituição tem vindo a prestar muitos e relevantes serviços ao Estado e aos cidadãos, contribuindo de modo decisivo para a nobre causa da segurança pública.

Hoje em dia o seu leque de competências vai muito além do que lhe foi conferido pelo legislador de 1922, tendo agora consagração constitucional, sendo sua função defender a “legalidade democrática e garantir



a segurança interna e os direitos dos cidadãos”.

A prevenção de todo o tipo de criminalidade, designadamente a organizada e o terrorismo, constitui agora um objectivo fundamental da sua missão, tal como garantir a segurança rodoviária e dos espectáculos desportivos e desempenhar funções de protecção civil na área de socorro e ajuda às populações.

As atribuições no domínio da investigação criminal e na coadjuvação das autoridades judiciais são hoje muito amplas, estando a seu cargo a realização da investigação material numa fatia considerável dos inquéritos anualmente registados.

Relevante é, igualmente, a sua participação em missões de paz em países terceiros, quer sob os auspícios da União Europeia, quer de organizações internacionais, missões que lhe granjearam prestígio externo e contribuíram para o engrandecimento do nome de Portugal no contexto das nações.

O elevado profissionalismo e competência no capítulo da manutenção da segurança e da ordem públicas ficou demonstrado, muito recentemente, durante o Euro “2004” e o “Rock in Rio”, eventos multiculturais de grande dimensão, em que o dispositivo montado resolveu com eficácia todas as situações anómalas registadas.

O programa do XVI Governo Constitucional define como grande linha condutora da política de segurança a adopção de uma estratégia pró activa e não reactiva, com o duplo objectivo de repor o prestígio e autoridade do Estado e desmotivar e conter todas as formas de delinquência.

Esta estratégia que deve ser posta em prática, o mais rapidamente possível, impõe a implementação de modelos de intervenção adequados, em que se privilegie a abordagem sistémica e global do problema da segurança e da criminalidade, em detrimento de outros em que se exploram meros objectivos táticos, específicos e limitados.

Os actuais programas especiais de policiamento de proximidade (escola segura, comércio seguro, idosos em segurança, segurança no turismo, segurança nos transportes públicos de passageiros e violência doméstica) deverão ser reestruturados e adaptados à nova realidade criminal, passando a estar integrados numa estrutura nacional de coordenação. De todo o modo, o objectivo central será sempre colocar as pessoas no centro das preocupações, agindo as forças de segurança em função das suas necessidades e expectativas.

Patrulhamento direccionado aos “pontos quentes” da criminalidade, efectuado em “horas quentes”

O novo contexto económico, social e cultural implica, necessariamente alterações do modelo de policiamento e de intervenção operacional. O actual estado de coisas exige que avancemos para além do conceito de “proximidade”, sem o pormos de lado, adoptando técnicas e táticas policiais mais adequadas a produzir melhores efeitos preventivos.

Na verdade, hoje aceita-se a ideia de que nas



Actividade do Governo



grandes metrópoles e aglomerados populacionais os melhores efeitos de prevenção e redução de criminalidade estão associados a patrulhamento direccionado aos chamados “pontos quentes” da criminalidade, efectuado em “horas quentes”.

Ao contrário do que se pensava, em cenários como os referidos, o comumente designado por patrulhamento aleatório, baseado na ideia de omnipresença da polícia como factor de prevenção e dissuasão, tem efeitos quase nulos, contribuindo para a dispersão dos recursos que, se concentrados na resolução de problemas específicos de segurança teriam melhor eficácia. Outro tanto não se pode afirmar para ambientes rurais ou urbanos de reduzida expressão criminal.

Este direccionamento da actividade preventiva não é contraditório com o desenvolvimento de uma política de proximidade, que passará pela reformulação e reforço do conceito de “esquadra”, pois é esta subunidade que serve directamente o público, constituindo a face visível da segurança interna. São elas que melhor dão resposta ao problema do sentimento de insegurança das populações.

Este tipo de intervenção muito mais eclética impõe um reforço na área da formação, sobretudo a de base, de modo a ajustá-la às necessidades. Alguns programas deverão ser revistos e actualizados de modo a habilitar os formandos com os conhecimentos técnicos e policiais adequados. Este reforço da formação deverá contribuir para um maior grau de profissionalismo, de modo a adaptar a PSP ao desempenho de funções bem mais exigentes do que as do passado.

Também a orgânica da PSP carece de revisão, devendo estas novas perspectivas ser levadas em conta nos trabalhos em curso. Devem igualmente ser reavaliados os quadros orgânicos com vista a uma gestão mais eficiente dos recursos humanos e materiais. Todo este trabalho de reorganização passará, necessariamente, pela introdução de critérios de gestão que contribuam para melhorar as condições de exercício das funções policiais e para aumentar a motivação do seu pessoal, condição imprescindível ao sucesso de qualquer política no domínio da segurança interna.

A revisão dos quadros orgânicos não poderá resumir-se à habitual admissão de novos elementos,

mas antes a uma gestão eficiente dos recursos existentes, designadamente através da:

Revisão dos efectivos atribuídos a unidades especiais, dimensionando-os às necessidades do país e rentabilizando os recursos que se encontrem desaproveitados;

Admissão de funcionários civis;

Atribuição do efectivo das unidades de acordo com as suas funções e áreas geográficas que cobrem;

Outsourcing das áreas funcionais consideradas não estratégicas, tais como as messes e reparação de viaturas;

Negociação da dispensa de elementos afectados por deficiências físicas ou psíquicas;

Valorização dos recursos apostando numa maior e melhor formação técnica.



O Estado não pode continuar a investir na formação de polícias, que depois são utilizados em tarefas não policiais

Esta nova política de gestão de recursos humanos implicará, como não pode deixar de ser, a afectação dos agentes policiais a actividades de natureza exclusivamente policial, substituindo os que realizam tarefas administrativas ou auxiliares por funcionários civis. Esta política já se iniciou, mas tem tido uma cadência demasiado lenta, havendo por isso que acelerá-la de modo definitivo.

O Estado não pode continuar a investir na formação de polícias, que depois são utilizados em tarefas não policiais, que podem ser desempenhadas, com vantagem, por elementos sem aquele tipo de formação.

A proporção de funcionários civis na polícia portuguesa corresponde à mais baixa da Europa, segundo estatísticas do Conselho da Europa, cifrando-se abaixo dos 10%, quando em países como a Áustria, Croácia, República Checa, Estónia, Finlândia, Hungria, Noruega, Eslováquia, Eslovénia, Suécia, Suíça e Reino Unido, essa percentagem é superior a 20%.

A este propósito julgo não ser despidendo referir que entendo não haver actualmente carência de efectivos, sendo apenas necessário proceder à substituição dos elementos que anualmente cessam funções. Com efeito, segundo a mesma fonte estatística, Portugal tem um dos maiores “ratios” policiais da Europa, fazendo parte do grupo de Estados que contam com 400 a 500 polícias para 100.000 habitantes.

Nos países nórdicos essa densidade é inferior a 200 polícias para a mesma população. Este panorama piora um pouco se tomarmos por base os dados do Banco Mundial, que coloca Portugal na quinta posição entre 52 países, com 491 polícias para 100.000 habitantes (dados de 1998–2000).

Senhoras e Senhores Oficiais, Chefes, Subchefes e Agentes

Sei que esta instituição atravessa um período conturbado fruto de profundas alterações introduzidas ao longo dos últimos anos na sua estrutura orgânica e estatuto de pessoal. Preocupa-me, sobremaneira, a situação profissional dos que há muito aguardam promoção e, tendo direito a ela, não vêm o problema resolvido.

É uma situação injusta, que urge resolver, e que estou certo, será levada a cabo com sucesso pela actual equipa directiva. Devemos todos reconhecer que a PSP não estava devidamente preparada para a realização de concursos curriculares, tendo essa impreparação gerado situações que levaram ao adiamento da abertura de concursos e posteriormente à sua anulação.

Embora compreenda a vossa inteira razão, não deixo de entender ser o mérito o critério fundamental a eleger em qualquer processo de promoção, independentemente de todos os defeitos que qualquer processo com larga intervenção humana pode conter.

Uma Polícia moderna e eficaz como a que queremos, tem de vencer a ideia de que a antiguidade é um posto, pois esse critério só premeia o imobilismo e o conformismo paralisante, em vez da iniciativa e criatividade indispensáveis aos desafios do futuro. A Polícia que o povo português reclama é uma Polícia moderna, pró activa, capaz de defender a população e prevenir e combater o crime.

Justiça: Posse no Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial

No passado dia 15, o Ministro da Justiça deu posse aos novos dirigentes do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, importante ferramenta de trabalho disponível para a tutela, que auxiliará decisivamente na administração da Justiça em Portugal.

O Ministro afirmou:

A criação do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça, pela lei orgânica de 2000, depois concretizada no Decreto-Lei n.º 156/2001, de 11 de Maio, representou um importante marco na modernização da estrutura administrativa e financeira do Ministério da Justiça.

Estabeleceram-se então as condições para uma gestão e administração profissionalizada e especializada da área financeira, da área patrimonial e da área dos empreendimentos.

Ao longo dos anos, o Instituto perfilou-se como uma unidade orgânica incontornável no Ministério, com uma actividade transversal a todos os segmentos da política ministerial, sendo - em muitos casos e por todo o território nacional - um verdadeiro interlocutor do Ministério.

É por isso - mas não só por isso - que o

As preocupações financeiras do médio-prazo, a construção de um modelo sustentável de financiamento da justiça a contemplação dos interesses e das expectativas - para não dizer, dos direitos - das gerações futuras, estão agora - ainda mais do que antes - incorporadas na política de justiça.

Os interesses que o Fundo visa acautelar são, assim, um dos vectores cardiais da vida do Instituto, que é imperioso não subestimar em caso algum.

A necessidade de rever a orgânica do instituto

O reajustamento do modelo orgânico de gestão do Instituto, impõem-se seja no plano do funcionamento prático, seja no plano da regulamentação.

Para este efeito - e designadamente, para o plano regula-men-tar - deverá ser aproveitada a linha de rumo traçada no âmbito mais geral da Reforma de Administração Pública, a qual, aliás, no campo estrito dos Institutos Públicos, postulava já adaptações resultantes do novo enquadramento da Lei n.º 3/2004.

muito distante dos meros requisitos de conservação e de eventual e esporádica rentabilização.

Por outro lado, porque os empreendimentos e obras, pelo seu vulto na actividade do Ministério, exigem uma concentração de atenções altamente especializada e de carácter eminentemente técnico. O Instituto não pode ser um mero dono da obra, tem também de se perfilar como um «verdadeiro fiscal» ou, pelo menos, um «fiscal de fiscais».

Formulo, por isso, antes mesmo de qualquer orientação ou directiva de superintendência, um designio tutelar.

A saber: o de realizar e dar execução prática e funcional à gestão autónoma, embora articulada, dos vectores financeiro, patrimonial e de empreendimentos.

A tarefa que agora se iniciou é uma tarefa árdua e espinhosa.

A modernização da vida administrativa e jurisdicional com a desformalização de actos que exigiam fé pública, com a privatização do notariado, com a multiplicação e diversificação do incentivo a vias não jurisdicionais de resolução dos conflitos, aliada a uma certa estagnação da economia nos últimos anos, tem vindo a diminuir as receitas próprias do Ministério da Justiça.

Realidade que, em alguns casos - é preciso dizê-lo - se afigura virtuosa, na exacta medida em que traduz um serviço mais eficiente e porventura menos oneroso aos cidadãos.

Digo virtuosa, designadamente, porque o Governo - no Orçamento de Estado - compreendeu essa situação e nem, por isso, deixou de considerar a nossa especificidade financeira e a prioridade programática dada à Justiça.

Mas isso faz também com que a nossa responsabilidade - e de V. Ex.ªs, novos empossados - aumente ainda mais.

A justiça, enquanto serviço, tem vindo a ser cada vez mais paga com o dinheiro de todos os cidadãos e não apenas daqueles que, por uma ou outra razão, se vêem compelidos a recorrer ao respectivo sistema de prestação.

Peço-lhes, por conseguinte, que em cada decisão - seja na mais pequena obra ou no mais vultoso investimento - tenham em consideração o lugar de origem do dinheiro investido e o designio transcendente a que ele é votado.

É que a gestão financeira, patrimonial e de obras que venham a fazer, Senhores membros do Conselho Directivo, atinge, para o bem e para o mal, um dos pilares essenciais do Estado de Direito Democrático, a Justiça.

Nas mãos de V. Ex.ªs depósito um enorme capital de confiança, de confiança numa gestão criteriosa e escrupulosa, conservadora nos gastos e imaginativa nas aplicações, capaz de valorizar o nosso património e de dinamizar as nossas obras, capaz de traduzir no plano administrativo e financeiro a incomensurável nobreza do designio público que passaram a servir: a Justiça.

Termino, pois, com uma palavra de estímulo e de bom augúrio que Camilo Castelo Branco deixa precisamente a propósito do dinheiro: «Os dias prósperos não vêm por acaso. Nascem de muita fadiga e muitos intervalos de desalento». –

Gab. Min. Justiça



Ministro da Justiça atribui ao presente acto formal de posse uma importância crucial.

Exigências postas pelo Fundo de Garantia

Com a aprovação e publicação do regulamento de gestão do Fundo de Garantia, em Agosto de 2004, podemos dizer que o Instituto entrou na era da maturidade.

A constituição do fundo, as regras de prudência gizadas para a sua composição, a faculdade de integração do património imobiliário na sua carteira, a possibilidade da sua utilização em grandes obras estruturais da política sectorial, reclamam um profissionalismo e uma especialização da gestão sem paralelo no passado.

É que a ligação orgânica e umbilical entre o sector patrimonial e o sector dos empreendimentos e obras revela uma compreensão menos actualizada dos imperativos de gestão e, nomeadamente, da fungibilidade ou convertibilidade dos activos (que a concepção do Fundo de Garantia já tão nitidamente traduz).

A área patrimonial deve ser claramente autonomizada da área dos empreendimentos e obras, como, de resto, acaba de sublinhar o Senhor Presidente - e isso por duas ordens de razões.

Por um lado, porque o vector patrimonial está justamente no «interface» entre a área financeira e a área das obras, não devendo ser ligado preferencialmente a qualquer uma delas. Mais: o património pressupõe hoje uma lógica de administração própria e especializada, que está

Medicina Legal: Ministro abre III Congresso Nacional

No passado dia 12, o Ministro da Justiça presidiu à solene abertura do III Congresso Nacional de Medicina Legal, tendo afirmado, no seu discurso, que naquele momento dava testemunho do trabalho altamente meritório do Instituto Nacional de Medicina Legal nos últimos anos. Trabalho meritório, designadamente, no plano da partilha de experiências e do avanço técnico-científico da «medicina legal» e das ciências forenses.

E disse, depois: “A medicina legal nasce de exigências da «Justiça» e constitui uma verdadeira plataforma de comunicação entre duas áreas em que, por excelência, se afirmam os postulados humanistas: a Medicina e a Justiça.

“Mas para lá dessa proximidade filosófica, a medicina legal consubstancia também um «serviço público» e uma instância privilegiada de colaboração na administração da justiça.

“Por isso mesmo, o poder político — e, em especial, o Ministério da Justiça — tudo tem feito para criar as condições necessárias a assegurar a capacidade de resposta dos serviços médico-legais, dando cumprimento a uma estratégia consistente de modernização, simplificação e racionalização da medicina legal portuguesa.

“Esta estratégia tem vindo a diversificar-se, incidindo mais agudamente na estrutura orgânica dos serviços, na definição de novos critérios do exercício da actividade pericial, no indispensável reforço dos meios humanos e da qualidade da sua formação técnica e científica, e na consolidação da autonomia financeira do Instituto Nacional de Medicina Legal.

“No plano da organização, pretende actualizar-se o modelo dos serviços médico-legais de 2001, adaptando-o e ajustando-o aos imperativos da nova lei-quadro dos institutos públicos, estando justamente em curso a iniciativa legislativa que prevê a necessária reestruturação orgânica dos serviços médico-legais.

“Precisamente para aperfeiçoar certas fragilidades

verificadas no funcionamento do sistema médico-legal, muito recentemente, o Governo aprovou a Lei n.º 45/2004, que institui o novo regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses.

“Trata-se de um regime que introduz maior operacionalidade e flexibilidade no sistema, reforçando o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, envolvidos na delicadíssima área do processo penal.

“Destacaria, nomeadamente, o reforço das atribuições do Instituto Nacional de Medicina Legal em matéria de creditação e controlo da realização de perícias médico-legais. E, bem assim, a harmonização de práticas metodológicas e procedimentais, indispensáveis à precisão da interpretação da prova pericial.

“Não preciso de pôr em realce as exigências de qualificação e especialização profissional e científica do exercício da medicina legal.

“Mas o Ministério da Justiça tem vindo a promover acções de minimização das carências de recursos humanos qualificados — designadamente médicos —, merecendo especial destaque a medida de descongelamento excepcional de admissões verificado já no decurso do corrente ano.

“Já agora merece referência o recente início do procedimento de concurso destinado à celebração de contratos com médicos para o exercício de funções periciais nos gabinetes médico-legais e comarcas — facto que já não se verificava desde 1999.

“Encontrando-se actualmente em funcionamento 22 dos 31 gabinetes médico-legais estatutariamente previstos — sendo que nos últimos dois anos foram efectivamente instalados 6 gabinetes médico-legais e uma extensão do gabinete médico-legal de Vila Real em Mirandela —, é ainda nosso propósito concluir brevemente a rede nacional de gabinetes médico-legais

com a instalação, nos próximos meses, dos gabinetes do Funchal, Vila Franca de Xira, Castelo Branco e Santiago do Cacém.

“Passando para o ponto crucial da qualidade da formação, o Ministério da Justiça iniciou, igualmente, o processo legislativo tendente à aprovação de um novo regime jurídico do internato médico em medicina legal.

“Julgo que pelo elenco destes exemplos fica patente a marca reformista do Governo nesta área, a importância que atribui à medicina legal como instrumento indispensável da boa administração da justiça, a consciência de que a actividade médico-legal — nas suas mais variadas vertentes — lida directa e certeira-mente com a dignidade da pessoa (seja vítima, arguido, lesante ou lesado).

“É justamente a combinação dessa consciência humanista, do respeito pela especificidade e autonomia do sector, da vontade política com um escrupuloso sentido da gestão que nos leva a racionalizar os recursos e a obter resultados que hoje se traduzem numa progressiva autonomização financeira, a ponto de a cobertura das despesas de funcionamento através de receitas próprias ter evoluído de 43,9% no ano 2001, para 96,3% no ano 2005.

“O Ministério da Justiça prosseguirá, com determinação, a sua aposta política na modernização da «medicina legal portuguesa» e, por isso, conta com a qualidade técnica e humana de todos os profissionais do Instituto Nacional de Medicina Legal, que, por ocasião da realização deste Congresso, aproveito para saudar, incentivar e se me permitem uma palavra pessoal, a quem quero agradecer pelo empenho demonstrado em condições de trabalho que não são decerto as ideais.

“A todos os senhores Congressistas formulo votos de bom e proveitoso trabalho, garantindo que, enquanto Ministro da Justiça, dedicarei toda atenção às conclusões deste Congresso. “ – **Portal do Governo**

Secretaria de estado da Presidência do Conselho: Domingos Jerónimo indigitado Secretário-Geral do Sistema de Informações

O actual secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Domingos Jerónimo, foi indigitado secretário-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), anunciou hoje o governo.

A nomeação do novo secretário-geral, cargo criado no âmbito da revisão da lei do SIRP, aprovada em Setembro passado, será antecedida da audição de Domingos Jerónimo em sede de Comissão Parlamentar, assinala uma nota da Presidência do Conselho de Ministros enviada hoje à noite à Agência Lusa.

A nota assinala ainda que a indigitação, da responsabilidade do Primeiro-Ministro, Santana Lopes, foi comunicada previamente ao presidente da República, Jorge Sampaio.

Licenciado em direito, Domingos Jerónimo, 48 anos, já desempenhou, entre 1992 e 1995, as funções de subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em 2002, foi nomeado secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, cargo que manteve no actual executivo liderado por Pedro Santana Lopes. – **Fonte: Lusa**



Carlos Coelho para o Primeiro-Ministro holandês: De nada vale proclamarmos prioridades se não lhes atribuirmos os meios necessários

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** aplaudiu hoje, em Estrasburgo, a **adoção** pelo Conselho Europeu, no âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, “**do novo programa plurianual para os próximos 5 anos - programa de Haia - ao qual se deverá seguir a apresentação, pela Comissão, de um plano de acção que deverá conter propostas de acções concretas e um calendário para a respectiva aprovação e implementação**”.

Na sua intervenção, no debate no Parlamento Europeu sobre os resultados do Conselho Europeu dos passados dias 4 e 5, Carlos Coelho sublinhou que “**também aqui para fazermos a Europa temos de contar com os necessários recursos financeiros. De nada vale proclamarmos prioridades se não lhes atribuirmos os meios necessários**”.

O Deputado social democrata destacou sobretudo três pontos:

“1 - o início da 2ª fase da definição de um Sistema Europeu de asilo - assente num procedimento comum e num estatuto comum de reconhecimento dos refugiados e dos asilados. Só uma política europeia comum de asilo e migração poderá fazer face a problemas como é o caso da imigração ilegal e do tráfico de seres humanos.

2 - as questões da justiça civil e comercial e da cooperação no domínio da justiça penal - dando especial ênfase à garantia dos direitos fundamentais, ao estabelecimento de garantias processuais mínimas e o acesso à justiça mas também à protecção das vítimas.

3 - a segurança da UE - que continua a ser

uma das grandes prioridades, reiterando-se mais uma vez a condenação de qualquer tipo de violência e em especial do terrorismo, sendo importante associar, tanto a Europol como a Eurojust”.

Felicitando o Conselho pelo desenvolvimento do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, Carlos Coelho afirmou ser “**crucial garantir a segurança dos cidadãos e a defesa dos seus direitos fundamentais, bem como a confiança mútua e o primado do direito em toda a União**” e referiu-se especialmente à decisão de se “**aplicar plenamente o artº 67 do Tratado, de modo a poder votar-se por maioria qualificada e em processo de co-decisão todo um conjunto de matérias do título IV.**

Não é apenas um passo à frente em termos de eficácia, acrescentou Carlos Coelho, mas também em termos da legitimidade democrática, ao reforçar o papel deste Parlamento fundamental na adopção de normas em matérias tão sensíveis como as políticas de asilo e imigração e de todas as que envolvem os direitos fundamentais dos cidadãos”.

Fazendo o balanço do período de 5 anos após Tampere, Carlos Coelho considerou que “**apesar de nem todos os objectivos terem sido atingidos, foram registados progressos globais que reflectem um balanço bastante positivo, para o que muito contribuiu o Comissário António Vitorino. Nestes 5 anos produziu-se um impressionante acervo legislativo mas lamentamos que ao nível da sua transposição para a legislação nacional, se tenham verificado enormes falhas quer ao nível do respeito dos prazos, quer ao nível da qualidade da transposição”.**

Carlos Coelho: Presidente Barroso teve razão ao pedir o adiamento da votação sobre a Comissão

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** afirmou, em Estrasburgo, que “**na última semana de Outubro houve quem não compreendesse e criticasse a sua decisão de adiar o voto sobre a Comissão Europeia. Está de parabéns o Presidente Durão Barroso porque tinha razão e porque hoje ela é, por todos, reconhecida”.**

No debate sobre a Comissão Europeia, Carlos Coelho defendeu que “**o ideal europeu, o processo comunitário obrigam a um relacionamento eficaz entre a sua Comissão e este Parlamento. O Presidente Durão Barroso chamou a isso, e bem, de ‘culpabilidade positiva’. É do nosso interesse comum e devemos construí-la permanentemente”.**

Dirigindo-se a Durão Barroso, o Deputado social democrata afirmou: “**o senhor deu o sinal nestas semanas. Cabe-nos a nós, agora, dar-lhe o nosso sinal com uma votação expressiva na Comissão a que preside.**

Com efeito, disse Carlos Coelho, precisamos de uma Comissão forte com autoridade e legitimidade. Os desafios que temos à nossa frente a isso nos obrigam”.

Carlos Coelho afirmou ainda contar com Durão Barroso e “**com a sua Comissão para defender o**

espírito comunitário. Contamos convosco para reforçar a Coesão Económica e Social. Não haverá projecto comum com o aumento das desigualdades e assimetrias.

Contamos convosco para que os **recursos financeiros sejam adequados**. Não é coerente pedirmos mais responsabilidades e tarefas à Comissão e não atribuirmos os correspondentes meios.

Contamos convosco para que seja **valorizada a diversidade cultural e linguística**. O projecto europeu enriquece-se com a valorização da identidade cultural de cada um dos seus povos e com a possibilidade de cada cidadão, na sua própria língua, receber informação e interagir com as instituições europeias.

Contamos convosco para que haja **um impulso novo que aproxime a Europa dos cidadãos** pondo cobro ao défice de informação e de participação no processo democrático europeu”.

Sublinhando que não se exprimia “**sobretudo como colega de partido mas como português e europeu**” Carlos Coelho afirmou que é como português e europeu empenhado e convicto que deseja a Durão Barroso e à sua Comissão “**o maior dos sucessos. Bom Trabalho e Boa sorte !”**

Carlos Coelho apoia alterações ao Programa comunitário ARGO



O Deputado do PSD Carlos Coelho pronunciou-se em Estrasburgo, a favor das alterações propostas pela Comissão Europeia ao programa de acção de cooperação administrativa em matéria de fronteiras externas, vistos, asilo e imigração (Programa ARGO).

Carlos Coelho defende que “**a execução do programa ARGO, em 2003, ficou muito aquém dos objectivos devido a uma subutilização dos fundos, causada pelo facto das administrações nacionais não conhecerem suficientemente o programa e por outro lado, pela dificuldade em mobilizar o co-funcionamento necessário”.**

Salientando que “**este programa de financiamento visa promover, essencialmente, a cooperação entre os Estados Membros nos domínios do asilo, da imigração e de passagem das fronteiras externas, e vistos**”, Carlos Coelho sublinha que “**com a presente proposta pretende-se alterar a decisão ARGO de forma a possibilitar que possa existir financiamento dos projectos de um só Estado Membro, sem a participação directa de outros Estados Membros, para as medidas no domínio das fronteiras externas da União, que encontrando-se num espaço de livre circulação são, logicamente, de interesse comum para todos os Estados Membros”.**

Carlos Coelho justificou o seu apoio às alterações propostas, porque “**embora não sendo a solução ideal, é no entanto o que se pode fazer neste momento - antes das novas perspectivas financeiras para depois de 2006 - de forma a contribuir para uma partilha de encargos no âmbito da gestão integrada das fronteiras externas, ao mesmo tempo que se pretende fazer face à dificuldade que as administrações nacionais têm para organizar e mobilizar, com parceiros de outros Estados Membros, os recursos necessários para a execução dos projectos”.**

Silva Peneda defende apoios da UE à comunidade cipriota turca



O Parlamento Europeu debateu em Estrasburgo, uma proposta que visa ao estabelecimento de um instrumento de desenvolvimento económico para a comunidade cipriota turca, de um valor de 259 milhões de Euros, para o período 2004-2006.

O Deputado do PSD José Silva Peneda, autor do parecer da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, afirmou que a União Europeia “sempre demonstrou ser a favor da adesão de Chipre reunificado. No entanto, e apesar das diligências diplomáticas, tal não foi possível dado o resultado negativo da consulta popular organizada na ilha em Abril de 2004. Foi para evitar uma situação de maior isolamento do território turco de Chipre e fortalecer os contactos entre as duas comunidades que a Comissão Europeia apresentou esta proposta.

Por não ter sido alcançado um acordo político para a adesão de Chipre reunificado à UE, este financiamento levantou uma série de dúvidas de natureza jurídica e orçamental, sem sequer entrar em considerações políticas”.

Silva Peneda sublinhou que “não existe qualquer rúbrica que permita a atribuição directa de verbas comunitárias em favor de um Estado-Membro, neste caso Chipre, cujo governo não exerça a sua autoridade de forma efectiva sobre parte do território e recordou que a República de Chipre Norte não foi reconhecida internacionalmente e não pode por isso ser considerado com um Estado.

Esta falta de fundamentação orçamental implica que este financiamento só possa ser lido em paralelo com o Projecto de Orçamento rectificativo (AB n°10/2004)”.

Como relator do Parecer para a Comissão do Orçamento, Silva Peneda afirmou ter analisado a presente proposta da Comissão Europeia que sustenta, desta vez, que “as verbas pretendem financiar actividades similares às ‘actividades de pre-adesão’, o que se enquadra no âmbito da categoria 7 do orçamento”.

Sem entrar na componente política do debate, Silva Peneda concordou no entanto “com as implicações financeiras desta proposta sobre as Perspectivas Financeiras apesar de ainda não ser de todo claro a que rúbrica irá ser afectada este apoio financeiro”.

O Deputado social democrata sublinhou que deixou por isso “voluntariamente em aberto a escolha mais oportuna da fundamentação orçamental, tarefa que caberá à autoridade orçamental analisar logo que o Conselho de Ministros decida, finalmente, apresentar uma proposta de texto”.

Silva Peneda concluiu chamando a atenção do parlamento “para as dificuldades que foi opinar financeiramente sobre um texto, cuja parte mais importante, ainda nem sequer foi alvo de um acordo pelo Conselho”.

Silva Peneda:

Durão Barroso tem as qualidades de liderança que a Europa precisa

O Deputado do PSD José Silva Peneda declarou, em Estrasburgo, que “a União Europeia está numa fase onde um conjunto de importantes reformas são necessárias, com vista a assegurar o desenvolvimento do modelo social que faz parte integrante do nosso património civilizacional”.

Numa declaração, após o voto de investidura da Comissão Europeia, Silva Peneda defendeu que “para continuar a identificar-se como um projecto de paz, a Europa tem de crescer economicamente, tem de ser capaz de criar mais emprego, tem de assumir um desenvolvimento sustentável, tem de exibir no seu seio sinais de maior coesão social e territorial e tem de desempenhar um papel muito mais relevante na cena internacional e na luta contra o terrorismo.

Este conjunto de objectivos, disse Silva Peneda, obriga à adopção de políticas muito activas por parte da União Europeia e dos Estados Membros”.

Neste enquadramento, Silva Peneda sublinhou que “a Comissão precisa de uma coordenação que seja capaz de liderar as reformas a levar a cabo, num quadro de compromissos com diferentes forças políticas representadas no Parlamento Europeu”.

Reconhecendo em José Manuel Durão Barroso “o espírito reformista e as qualidades de liderança que, nestas circunstâncias, o órgão executivo da União Europeia bem precisa”, Silva Peneda acrescentou que a coincidência de se tratar de um compatriota que irá chefiar a Comissão Europeia dá ao seu voto um sentido de grande orgulho.

Silva Peneda :

Elogia relatório sobre “estratégia de Lisboa”

O Deputado do PSD **José Silva Peneda** considerou em Estrasburgo, que “o relatório do grupo de Alto Nível, conhecido por relatório Wim Kok sobre a Estratégia de Lisboa, é um excelente documento. É **entusiasmante**, sem deixar de ser **prudente**. É entusiasmante porque dá saídas para a sobrevivência do modelo civilizacional europeu. É prudente porque aponta as dificuldades de natureza política que essa caminhada comporta”.

Para Silva Peneda, “a principal conclusão a tirar é que, a manter-se o ritmo actual, a União Europeia **falhará rotundamente a meta de 2010 para alcançar os objectivos** definidos na estratégia de Lisboa”.

Silva Peneda destacou algumas das recomendações avançadas por este relatório:

“Uma **clara responsabilização dos Estados Membros**, como seja a obrigatoriedade de apresentarem, até ao final de 2005, um Programa de Acção Nacional e uma grande **preocupação em envolver os sectores mais dinâmicos da sociedade**, com o objectivo de evidenciar a necessidade e a razoabilidade das reformas a empreender”.

Silva Peneda defendeu que tendo sido o Conselho a solicitar este relatório “era muito importante conhecer a sua posição formal. Ora, acrescentou, até agora, **não é conhecida nenhuma posição sobre o assunto por parte do Conselho**”.

Para Silva Peneda, “o Parlamento Europeu **não pode, nem deve, ficar à margem desta debate**. O Parlamento Europeu deve contribuir para um salutar exercício de pedagogia e **explicar de forma simples** que as reformas a empreender contribuirão para a manutenção e revigoração dos valores que estão na base do nosso património civilizacional. O Parlamento deverá privilegiar a existência e as competências das Comissões já existentes e evitar a criação de novas estruturas”.

Salientando que “a **pressão é inimiga tanto da razão como da emoção**”, Silva Peneda defendeu, “por isso, e antes de mais, que o Parlamento Europeu **deve insistir para que o Conselho se pronuncie sobre o conteúdo do Relatório Wim Kok**”.

XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



O XXVI Congresso do PPD/PSD realizou-se em Barcelos, nos dias 12, 13 e 14, na ocasião do aniversário do fundador Francisco Sá Carneiro, e por desígnio expresse, na terra que o viu nascer.

Cerca de 1000 delegados de todo o país estiveram presentes, num ambiente tipicamente PPD/PSD, ou seja, de discussão aberta e franca de todos os tópicos, sem barreiras e com entusiasmo permanente.

Com algum grau de controvérsia, sem falsas unanimidades de opinião, mas com resultados de comunidade de propósitos e unidade à volta do líder do Partido, e das ideias consensuais, uma vez discutidos os assuntos que interessava discutir e encontrada a linha a seguir.

Ao todo, foram apresentadas 36 moções, o que significa que o período para debate de todos estes documentos foi mais prolongado do que o habitual.

O secretário-geral do PSD, Miguel Relvas, tinha já dito que a reunião “não será um ritual, nem um espaço para calculismos, será virado para fora e para o país”, e assim foi.

A direcção e o Partido, em geral, querem que o PPD/PSD se “abra” a outros eleitorados. Santana Lopes foi bem claro ao explicar o que pretende com a criação da plataforma que refere na moção e que apresentou em simultâneo com o seu discurso de abertura do Congresso.

O primeiro dia do Congresso e o discurso inicial de Pedro Santana Lopes

O presidente da mesa do Congresso, Manuel Dias Loureiro, abriu os trabalhos quando passavam cerca de 20 minutos das 20:00, numa altura em que a maioria dos actuais dirigentes sociais-democratas já se encontrava na sala.

Henrique Chaves, Rui Rio, José Luís Arnaut, Alberto João Jardim, Mota Amaral, Vítor Cruz, José Matos Correia e Helena Lopes da Costa sentavam-se já nos lugares destinados aos órgãos dirigentes do PSD. Nuno Morais Sarmento, detido por um acidente que ocorreu pouco antes da sua passagem, na estrada em que transitava, esteve ausente por algum tempo.

Na sala estavam também figuras, Eurico de Melo e os Membros do Conselho de Jurisdição Nacional.

Um fundo laranja, cadeiras azuis, dois ecrãs gigantes e o lema “Verdade” e “Geração Portugal” dominavam o palanque no qual se sentavam os membros dos órgãos dirigentes do PSD.

Logo após a abertura dos trabalhos, foram apresentados dois vídeos, o primeiro resumindo a obra feita pelos executivos de inspiração PSD, nos últimos dois anos, como por exemplo o rendimento social de inserção, o complemento de pensão para os antigos combatentes, a nova lei de adopção ou o fim do serviço militar obrigatório. O vídeo, subordinado ao tema “Geração Portugal”, terminou com uma mensagem da automobilista e piloto de todo-o-terreno, Joana Lemos; e do guarda-redes do Sporting e da selecção nacional de futebol Ricardo, manifestando apoio ao PSD de Pedro Santana Lopes.

A segunda mensagem, proveniente de Bruxelas, enviado pelo Presidente da Comissão Europeia e ex-Primeiro-Ministro, Durão Barroso, com uma mensagem

ao XXVI Congresso para desejar “votos de muitos êxitos” a Pedro Santana Lopes e a todos os militantes sociais-democratas.

Durão Barroso lembrou as razões da sua partida para Bruxelas, recordando que “o PSD sempre entendeu que o desafio europeu é parte do desafio nacional”, desde Sá Carneiro, passando por Cavaco Silva e culminando com Santana Lopes.

Manifestou expressamente a sua confiança nas bases do PSD e em Santana Lopes para “oferecer ao país um projecto de futuro” e terminou dizendo “formulo votos de muitos êxitos, como sempre, a bem de Portugal”.

Foi então a vez de Pedro Santana Lopes usar da palavra, o que fez, dizendo:

Recordação de Sá Carneiro e saudação a Durão Barroso

Senhor Presidente do XXVI Congresso do PPD/PSD, Senhor Presidente do Conselho de Jurisdição Nacional, caras companheiras, caros companheiros.

Permitam que as primeiras palavras tenham destinatários especiais:

Em primeiro lugar para o Sr. Presidente da CM Barcelos e para o Senhor Presidente da Comissão Política Distrital do nosso Partido em Braga. Quero agradecer-lhes as boas vindas, a maneira como nos receberam, as palavras que nos dirigiram.

Quero saudar de uma maneira especial este concelho, esta terra; escolhemo-la, naturalmente pelo simbolismo que encerra. Este é o ano do septuagésimo aniversário de Francisco Sá Carneiro e aqui é a terra das suas origens. Ao escolhermos este local para realizarmos o nosso Congresso, homenageamos Barcelos, homenageamos este

XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



Distrito, a região do Minho, todas as proezas aqui conseguidas, mais o exemplo, a memória, do nosso fundador ante a qual nos curvamos respeitosamente.

Permitam-me também que dirija uma palavra ao nosso militante número um, Francisco Pinto Balsemão que, com Francisco Sá Carneiro, fundou o nosso Partido e que o saúde como o primeiro de entre nós, entre todos aqueles que construíram o nosso Partido e estão neste mundo, nesta terra onde vivemos.

Quero também dirigir uma palavra ao Doutor João Bosco Mota Amaral que exerce as altas funções de Presidente da Assembleia da República, proposto pelo nosso Partido e que o tem feito de um modo que nos orgulha, de um modo isento, exemplar e respeitado em todos os quadrantes da vida pública portuguesa.

Permitam-me agora que saúde o Dr. Durão Barroso. Não é fácil ouvir o que ouvi. Há menos de seis meses, estávamos em Oliveira de Azeméis e estava no púlpito do Congresso a dirigir-me a ele. Ouvi-lo agora, como Presidente da Comissão Europeia, ter estado em várias cerimónias com ele, nessa qualidade e eu, como Primeiro-Ministro de Portugal, desperta um sentimento de responsabilidade difícil de descrever.

Não sei se todos já nos apercebemos o que significa para o nosso País, o exercício das funções a que foi chamado. É um motivo de orgulho para Portugal. Ainda há poucos dias o pude comprovar: o modo como é respeitado, o modo como muito é esperado da sua liderança. Quero dizer-lhe que, tendo-lhe sucedido nas condições que são conhecidas, espero estar à altura da obra realizada na primeira metade desta legislatura, evocada no filme que acabámos de ver, e dizer que contamos com ele, como Presidente da Comissão Europeia (na medida das suas possibilidades, e com a isenção que também tem de manter), para ajudar Portugal, para ajudar os portugueses.

Quero, em seguida, saudar dois companheiros nossos, que se bateram recentemente em eleições difíceis, com resultados distintos, mas nas quais ambos nos encheram e enchem de orgulho. Eles e todos aqueles que com eles lutaram nas eleições regionais, nos Açores e na Madeira, onde o PPD/PSD elevou a sua mensagem bem alto.

Não honramos só os que vencem; honramos os que combatem pelas nossas causas

Nós, neste Partido, não honramos só os que vencem; honramos os que combatem pelas nossas causas, pela nossas convicções. Vítor Cruz fez um combate insuperável e o PPD/PSD está-lhe grato e está-lhe reconhecido.

E que dizer do outro combatente, na Região Autónoma da Madeira? Várias décadas, tantas vitórias de Alberto João Jardim, que orgulho este para todos nós!

Permitam-me agora dar uma palavra às bases do PPD/PSD. Aos que aqui estão, delegados e observadores. Aos que aqui estão e aos que não puderam estar, dizer-

lhes a todos eles que fazem parte da nossa família da mesma maneira, estando longe ou estando perto, partilhando connosco este Congresso. Tendo sido eleitos delegados, ou sendo militantes ou sendo observadores. Para quem dizia que iria ser um Congresso com pouco interesse, com pouca participação, senhor Secretário-Geral, que bonito está este pavilhão e que bela moldura humana aqui está: o PPD/PSD!

E quero dizer, falando nos militantes de base, que eles hão-de compreender: que eu reserve uma palavra especial, hoje, aqui, a alguém que procurei durante a semana e não consegui encontrar, que veio aqui - para mim, de surpresa - e que simbolize nele o militante de sempre, das horas boas e más, das horas difíceis e das horas mais exaltantes e que diga ao engenheiro Eurico de Melo, que nos sabe muito bem tê-lo aqui connosco, estar aqui consigo, faz-nos muito, muito bem.

Devem compreender que por circunstâncias de hoje, demos daqui uma palavra especial a alguém que é capaz de nos estar a ouvir. Tinha falado com a Direcção do Partido, na possibilidade do Ministro das Finanças, Dr. Bagão Félix, independente e Ministro das Finanças do Governo de Coligação, de vir aqui amanhã, se tivesse o vosso acordo, usar da palavra e dar o seu testemunho, o que imediatamente ele anuiu e para isso imediatamente se dispôs.

Daqui quero desejar-lhe um pronto e imediato restabelecimento e dizer-lhe que esperamos por ele na semana que vem, a defender o OE na Assembleia da República.

Mas a propósito da Assembleia da República e a propósito de tudo aquilo que temos passado:

Há menos de seis meses estávamos em Oliveira de Azeméis — 22, 23 de Maio. Quem diria que menos de seis meses depois, aqui estaríamos, nestas circunstâncias. Por tanto lado tenho andado, por tanto temos passado, mas deixem-me dizer-vos: que saudades de vós eu tinha!

“Precisávamos de falar”, tal como tinha dito Durão Barroso, no Congresso anterior.

Mas hão-de compreender que eu precise especialmente de ouvir a vossa voz.

Quero dizer-vos e quero lembrar que o Dr. Durão Barroso foi convidado em circunstâncias inesperadas, para assumir as funções que actualmente ocupa e que eu também fui convidado de forma igualmente inesperada, para assumir as funções para que o Partido, no cumprimento dos seus Estatutos, me designou e para as outras funções, nas quais o Senhor Presidente da República me empossou e para as quais a maioria do Parlamento me deu a confiança, bem como ao Governo que apresentei, com o respectivo programa.

Em 25 de Junho foi sabido que Durão Barroso poderia ir para a Comissão Europeia, para Presidente da Comissão Europeia.

Estávamos em pleno Euro-2004. O País vivia um momento de recuperação de ânimo. Sentia uma chama no seu interior. Dizia: passaram mais estes tempos difíceis... estamos já em condições de entrar num tempo novo.

Tivemos as eleições europeias a 13 de Junho. Eleições europeias com um resultado que foi difícil. Em coligação, obtivemos um resultado que não é um resultado a que



XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



estejamos habituados. Mas que não é um resultado que nos tenha surpreendido muito.

Sabíamos que ia ser difícil ser compreendido o percurso que seguimos nos dois primeiros anos desta legislatura. Foram anos em que dissemos aos portugueses, como sempre, aquilo que tenho escrito aqui, atrás de mim, e aquilo que quero que o PPD/PSD tenha sempre escrito, em si próprio, na sua mensagem, nas suas atitudes: a **VERDADE!**

Contámos a verdade sobre a situação de Portugal; dissemos como era difícil o trabalho que tínhamos de realizar. Mas aconteceu essa circunstância, Durão Barroso foi chamado a essas funções. E quando todos esperávamos que a transição se pudesse operar com serenidade e no tempo adequado para o funcionamento das instituições em Portugal, muitos levantaram a voz contra aquilo que era normal num sistema democrático.

Não me lembro de ter acontecido antes, em Portugal, existir uma maioria no Parlamento, dizendo estar disposta em governar, assumir as suas responsabilidades e haver dúvidas sobre a matéria, ou admitir-se a dissolução do Parlamento.

Lembro-me como assim foi, ao longo destes 30 anos da democracia portuguesa. Como assim foi, antes das eleições que levaram à vitória da AD liderada por Francisco Sá Carneiro. Lembro-me que em 1983 houve eleições, após dissolução do Parlamento, porque houve a ruptura da coligação que então governava o País, na qual o nosso Partido participava. Lembro-me também que mais tarde, em 1987, houve dissolução do Parlamento, por força da moção de censura do PRD, e foi então que passámos de um governo de apoio minoritário, à primeira maioria absoluta que obtivemos.

Como em 2000, quando aconteceu a dissolução, foi porque a maioria, simples, não absoluta, que então existia, decidiu renunciar às suas responsabilidades, deixar o governo do País, dizer que aí vinha o pântano. Houve então a dissolução da Assembleia, que nos levou a assumir as responsabilidades com a determinação, a coragem e a capacidade de enfrentar desafios que sempre foram o timbre do PPD/PSD.

Esta é a história do nascimento deste governo

Esta é a história do nascimento deste governo. Naquelas semanas que passaram, perante muitas vezes que se agitaram e tentaram contestar o incontestável (e que era a existência de uma maioria disposta a assumir as suas responsabilidades e viabilizar o governo apoiado nessa mesma maioria, que continuasse o programa aprovado pela Assembleia da República) colocaram-se dúvidas, houve hesitações, houve como que a criação de um clima em que o governo que se formou, como que entrou num ambiente quase de favor, em que temos tido que ganhar o nosso direito à existência, à afirmação institucional. O Governo, enquanto tal e eu próprio, indigitado pelo Partido que ganhou as eleições, para assumir o cargo de Primeiro-Ministro. É bom relembrar esta realidade, pois foi a essa luz que Senhor Presidente da República, no seu alto critério, teve de tomar a decisão que tomou.

Nós assumimos o Governo em circunstâncias que fazem lembrar que há recém-nascidos que precisam de uns tempos para ganharem plenamente o direito a respirar. Ganharem plenamente o direito a afirmarem a sua existência, a sua capacidade inteira de estar na vida.

E se tivemos e temos tido que fazer essa luta, não foi por problemas nossos, divisões internas ou porque nos faltasse o ânimo ou porque nos faltasse a vontade. Foi porque nessa altura, com esse compasso de espera, um pouco desse ânimo, desse suplemento de alma, dessa fé renovada que estava na alma de todos os portugueses, foi como que exaurido, como que delapidado.

E temos tido desde então que promover essa recuperação. Assumimos funções nesse quadro, com um resultado nas eleições europeias, praticamente sem precedentes, na história do Partido. Numa situação económica ainda difícil a iniciar ainda os primeiros momentos de recuperação. E é neste momento que se dá a transição política. E quando todos esperávamos que em face das circunstâncias, a oposição, os partidos da oposição, personalidades com responsabilidades na sociedade portuguesa e foram ouvidas nessa altura, dissessem «muito bem, se há um Primeiro-Ministro que foi chamado às funções de Presidente da Comissão Europeia ... em termos democráticos, nada há de mais normal, mais natural, do que chamar o Partido mais votado, a coligação que tem a maioria no Parlamento e pedir-lhe para indicar o novo Primeiro-Ministro.»

Era isso que nós esperávamos que acontecesse mas não foi assim que as coisas se passaram.

Mas não foi por isso que O PPD/PSD mudou a sua atitude. Mantivemos o total respeito ao Sr. Presidente da República, pelo seu papel, pelo seu estatuto no sistema constitucional português e pelas suas decisões. Respeitamos a decisão que tomou,



como respeitaríamos se a decisão tivesse sido outra. Não somos daqueles que encham a boca com palavras, para depois desdizerem essas palavras, nos actos que tomam e nas posições que assumiram em relação ao Sr. Presidente da República. Respeitámos essa decisão e assumimos responsabilidades.

É fácil dizer que muitos queriam ou muitos poderiam estar dispostos a assumir essas responsabilidades naquelas circunstâncias. Mas como sempre, há os que falam e os que fazem. E como sempre, o que distingue a cultura do nosso Partido é essa mesma. É a de sermos aqueles que realizam. É ouvimos muitos falarem, ouvimos alguns, nessa altura, dizerem que estavam prontos para assumir as responsabilidades de governarem o País, mas depois, quando viram a perspectiva de voltarem a ter o poder nas mãos, hipótese com que sonhavam, imediatamente se demitiram, imediatamente se dividiram, imediatamente abandonaram a luta, demonstrando que, na realidade, não estavam à espera de governar Portugal.

E entrámos, nesse momento, em Julho. Faz quatro meses que tomámos posse, na próxima quarta-feira, no dia em que começa o debate, na generalidade, do OE na Assembleia da República. Alguns diriam que passaram, provavelmente, anos, tantas as críticas que já ouvimos, tantos debates que já se fizeram.

Discutiram tudo: desde os nossos nomes, desde a nossa organização, à nossa estrutura, aos nomes dos responsáveis pelos Ministérios, pelas Secretarias de Estado... Tudo passou a ser motivo de debate, tudo passou a ser motivo de censura.

Seguimos em frente. Não foi fácil. Foi difícil. Quando falo do percurso que seguimos, nunca nos considero isentos de erros. Tenho capacidade e compreensão... eu diria: tenho muito mais capacidade de compreensão para os erros dos outros, e por isso, nunca os censuro e procuro colocar-me no lugar deles. Por isso mesmo, se estivesse no papel da oposição, nessa altura o que faria era dizer: «o que o interesse

XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



nacional aconselha neste momento, em que um português é chamado para altas funções na Comissão europeia, é que façamos um compasso de espera. É que façamos uma trégua. É que respeitemos o funcionamento das instituições. É que apoiemos o Senhor Presidente da República. Queremos as condições políticas para que Portugal mantenha o seu percurso. Para os portugueses que puseram a bandeira de Portugal nas suas janelas, aos milhares, por todo esse mundo fora, continuarem a fazê-lo com orgulho. Voltarem a sentir fé nos tempos que aí vêm, esperança nos tempos que aí vêm, em vez de fazerem aquela permanente campanha de ataque, de crítica.»

Ainda nem tínhamos sido empossados. Ainda nem tínhamos começado a trabalhar. Ainda nem a Assembleia tinha aprovado o nosso Programa do Governo. E já eles discutiam tudo, já eles discordavam de tudo, já eles divergiam ainda sem saberem de quê!

Não é essa a nossa maneira de estar na política, e é por isso que não gostamos de ver os outros a fazerem isso.

E sabem o que apanhámos logo na altura — não é fácil, faz parte da vida. Assumimos responsabilidades, fomos nomeados e tivemos logo a semana pior dos incêndios, como tivemos também a crise na Polícia Judiciária. Casos ou processos que vinham de antes deste governo, como aqueles que levaram à substituição da Direção dessa instituição tão importante para o Estado Democrático de Direito.

Tivemos de ir para o terreno, apoiando as forças responsáveis, as forças da protecção civil, todos aqueles que trabalham no combate a essa chaga que tem assolado Portugal e outros países.

Aconteceu também, perto daqui, aquele acidente na refinaria, em Matosinhos. Tivemos problemas depois, em sectores estratégicos: a Justiça, a Segurança, o Ambiente, os Recursos Naturais... E isso ainda antes de aprovado o programa do Governo. Mas como fazemos sempre, nós, os militantes do PPD/PSD, não virámos a cara.

Enquanto fazíamos o programa do governo, enquanto o debatíamos na Assembleia e o aprovávamos, lutávamos, íamos à luta. E apresentámos um Programa do Governo que contrariou logo aquelas primeiras previsões. E é disso que eu quero falar nesta segunda parte da minha intervenção.

Temos passado meses a alternar entre o debate da ficção (dos adversários) e debate da realidade (o nosso)

Temos passado estes meses a alternar entre aquele que é o debate das ficções ou da ficção e aquele que é o debate da realidade. Pouco debate sobre as realidades, muito debate sobre a ficção.

Imaginem, ao abrigo dessa ficção, o que já foi dito durante estes três ou quatro meses: íamos ser despesistas, eleitoralistas, primeiro; depois, ao contrário: que não, que afinal íamos ser muito exigentes, que íamos ser exagerados, que íamos atacar a classe média. Depois, mudaram outra vez: que afinal íamos ser laxistas, que não íamos respeitar o tecto dos 3%, que íamos para uma política expansionista, não reconhecida pelas autoridades Europeias. Mas depois, afinal, já não: já não sabíamos bem, exactamente, as críticas que nos faziam ou porque é que as faziam. Temos ouvido de tudo, como temos ouvido debater temas, sobre os quais não tenho falado, porque não participo nesses debates de ficção.

Temas como os da liberdade de imprensa. Eu gostava de dar um minuto a este tema.

Antes do «caso da liberdade de imprensa» que tem atravessado estes meses, deixem-me referir dois temas que descobri na última semana, que também íamos fazer mal — assuntos que eu nem sabia que estavam em agenda — mas que afinal eram já, em toda a parte, dados como certos. E afinal chegou-se à conclusão que não era bem assim!

Descobri, na semana passada, que também íamos proibir a clonagem; e que tínhamos perdido o direito ao Mar, na sequência de um trabalho feito durante dois

anos, por todos os países da EU, por representantes de todos os partidos em Portugal e mantendo nós a jurisdição que temos nos termos daquele que é o regime jurídico da União a que pertencemos.

De tudo inventam: já vão na clonagem, já vão no Mar... Um dia destes hão-de dizer que é nossa intenção tirar a Lua da vista da Terra.

É assim que eles passam o tempo. Mas nós gostávamos que eles discutissem a realidade em vez da ficção. E na ficção tem-se debatido muito a liberdade de imprensa. Quero dizer, como Presidente do PPD/PSD, que me orgulho pelo facto incontestável de, em Portugal, funcionar em pleno a liberdade; por em Portugal não haver através a seja quem for, para que diga o que pretende dizer.

Não há liberdade de imprensa para quem?

É difícil, em Portugal, alguém dizer ou escrever que concorda com o Governo; mas é fácil a qualquer pessoa dizer que tem críticas a fazer ao governo. Há plena liberdade de imprensa.

Não é fácil, para quem é eleito e tem a confiança da maioria dos portugueses, poder ter tempo e circunstâncias para se dirigir aos portugueses, para explicar todas as medidas que tem de tomar.

Mas há todo o tempo do mundo, para quem tenha outras profissões, quem tenha outras responsabilidades, poder analisar e comentar as decisões daqueles que quase não têm tempo nenhum para as explicar.

E — pasmo! — chegou-se ao ponto de se considerar insólito que um Primeiro Ministro faça uma comunicação ao País sobre o OE que aí vem, mas é normal, é adequado que, seja quem for, sem se submeter a votos, sem recolher a confiança da maioria dos portugueses, só porque pertence a forças de oposição que contestam a acção do governo, ter tempo e voltar a ter tempo para a crítica e a censura.

Eu pergunto: Não há liberdade de imprensa?

Há liberdade de imprensa, como há todas as liberdades em Portugal!

Não foi agora que passámos a saber que existiam agências de opinião em Portugal. Não foi agora que descobrimos que há «fora» de participação dos cidadãos em programas de debate, em órgãos de

comunicação, em que às vezes não é muito fácil aos cidadãos normais participarem de forma espontânea, porque há verdadeiras centrais organizadas que «entopem» as linhas de acesso telefónico e das quais são seleccionados quem entra em cada debate, nesses mesmos órgãos de comunicação.

Nós não estamos aqui para falar do País que não existe. Para falarmos de ficção. Eu estou aqui para falar da verdade. E a verdade do nosso combate político do dia-a-dia é esta: liberdade de imprensa plena, em Portugal.

Mas nós não nos queixamos que nos critiquem, não nos queixamos que nos ataquem. Achamos que temos o dever de o aceitar.

Mas não sabíamos que era proibido, por se ser Ministro em Portugal, poder exprimir alguma satisfação ou muita satisfação, por ser plenamente criticado. Não sabíamos que por estar no Governo, ser Deputado ou Presidente de Câmara, se estava diminuído nos direitos cívicos e políticos. Ora, na verdade, ninguém está. Nós assumimos a responsabilidade, as obrigações, os direitos, os deveres, do Estado Democrático de Direito.

A nós não nos condicionam: podem fazer toda a agitação que entenderem!

A nós não nos condicionam. Podem fazer toda a agitação que entenderem, que nós sabemos os nossos direitos, continuamos em frente, respeitamos as liberdades... Não fomos nós que promovemos instrumentos de concentração nos órgãos de comunicação social. Mas fomos nós que demos a liberdade aos órgãos de

XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



comunicação privados que há! Não aceitamos lições de ninguém!!!

Paremos de falar dessas ficções e deixem-me só dizer-vos isto, caras companheiras e caros companheiros: não pensem que se não falo, como Primeiro-Ministro ou como Presidente do Partido, desses «sistemas» é por algum problema. Sabem aquele bem fantástico que há na vida que é o de termos a consciência tranquila? Ora bem: quando estamos a ouvir determinadas conversas, determinadas ocasiões de carácter público, em que se fala de nós, muitas vezes nós sabemos que é completamente falso o que estava para ali a ser dito; e temos a consciência totalmente tranquila...

Sabemos que por mais inquiridos que façam, mais ou menos «autoridades» cheias de militantes do Partido Socialista, que o nosso comportamento será visto e confirmado como só um: o de respeitar quem fala, o de respeitar quem se exprime, e de só pedirmos coisas muito simples, neste Portugal que tanto amamos e a que tanto queremos: equilíbrio e justiça. Ao fim e ao cabo, as regras que, juntamente com o princípio da liberdade, devem balizar estas matérias, num Estado Democrático de Direito.

Por isso mesmo, voltemos à verdade, à governação, à realidade. Eu queria colocar-vos esta questão: no meio desses debates todos sobre os temas da ficção, quanto tempo vêm consagrado aos temas da governação? Quando e quanto é que vêm contestadas as medidas que tomámos nestes meses de governo?

Entrámos com medidas difíceis, num governo de coragem e de reformas

Seguimos o que vem de trás, do tempo de Durão Barroso. Um governo de coragem, de reformas. E nós continuámos. Entrámos com medidas difíceis. Diziam: «aí vem agora a distribuição, o maná, aí vem o eleitoralismo, aí vem o populismo...», mas depois ficaram surpreendidos...

A Lei das Renditas?! Pois durante décadas ninguém tinha decidido... Mas não é o tal governo populista?! E toma esta medida difícil?!

A questão das SCUT's. Tenho pena que alguns economistas que falam da opacidade do Orçamento, em reuniões para que são chamados, não venham lembrar que esses encargos das SCUT's não devia ser imputado ao Orçamento deste ano, mas sim ao ano 99, quando os socialistas assumiram esse contrato, atirando as responsabilidades mais para diante!!

Porque é que eles não falam das medidas que tomamos? Como esta semana em Bragança, do «i-government», continuando a obra notável feita na primeira metade da legislatura?! Da aprovação da estratégia do desenvolvimento sustentável?! Deste Orçamento?! Porque é que não debatem as políticas alternativas?! Alguém sabe a posição dos partidos da oposição sobre cada uma destas matérias? Contestam as nossas prioridades? A primazia à defesa dos recursos naturais, do património natural, do património histórico, da primazia à investigação, à inovação, à procura do saber,

à descentralização, ao equilíbrio entre as várias parcelas do território? Continuar agora, fazer o Tomar II, continuar esse caminho de descentralização em que acreditamos.

Foi com o nosso governo, que os presidentes das Comissões de Coordenação Regional passaram a ser eleitos pelos Presidentes de Câmara. Foi com o nosso governo que se tomaram medidas no sentido da reorganização administrativa no todo nacional. Mais uma vez, nós fazemos, outros falam. Outros declaram paixões, e como se dizia ontem no final do Conselho de Ministros, nós decidimos sobre elas.

É por isso que eu pergunto: quando se pensa nos dois Primeiros-Ministros que antecederam Durão Barroso — António Guterres e Cavaco Silva — a qual deles é que se associa a obra, a capacidade de realizar?

A um, associa-se, naturalmente, a vontade de dialogar, mas a outro, (obviamente aos nossos governos), à nossa marca, ao nosso timbre, à nossa idiossincrasia, a capacidade de realizar, de fazer obra.

Quando se fala em auto-estradas, quando se fala em Ponte Vasco da Gama, em escolas, em centros culturais — Centro Cultural de Belém, em quaisquer outros — pensa-se em quem? Que foram os 10 anos, de quem foram os 10 anos, que trouxeram esse salto a Portugal?!

Obviamente à governação do PPD/PSD. E quando se pensa na governação dos outros, de que nos lembramos imediatamente? Das paixões proclamadas, do défice, de endividamento, do consumo instigado sem base real de sustentação e de deixar o País à deriva, dizendo que vem aí um pântano muito perigoso, que venham outros para o nosso lugar porque nós não temos capacidade para tomar conta disto!!!

E o que está aqui verdadeiramente em causa é isto: para além da agitação, da poeira, a realidade vem ao de cima. E assim, os portugueses e as portuguesas sabem que depois das entradas mais ou menos ferozes, a realidade começa a aparecer, na sua nudez e na sua crueza. E por isso começam a sentir-se as faltas, a ausência de propostas alternativas. Começa-se a mostrar que de oposição, há pouco rasto. Que eles procuram agarrar-se às notícias, procuram agarrar-se a sonhos, até a resultados de lutas eleitorais noutros países.

Mas mesmo aí, não têm a humildade democrática de reconhecer que, quando a poeira assenta, se tinham enganado e que os “outdoors” que afixam, com conjuntos de quatro fotografias, qualquer dia são é requisito ou garantia de sucesso para quem neles aparece e a garantia de vitória eleitoral pela certa.

Nós temos de perguntar à oposição se se sente bem. Se se sente bem a aparecer com os mesmos. Sabemos bem que todos temos direito ao regresso. Todos têm o direito de sair e de voltar à vida política. Mas se repararmos naquilo que a oposição diz e que a oposição faz e no que a oposição apresenta, vejamos isto e tão só: a oposição discorda de tudo o que nós dizemos.

Vão embalados de tal maneira, que um dia destes se dissermos assim «olhem que o partido socialista, o partido comunista, o bloco de esquerda, até têm gente simpática, gente competente com algumas ideias...», eles até, com a embalagem que levam,



XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



devem dizer logo que discordam, estão contra, são «expressões grotescas», como diria o deputado Francisco Louçã e que não lhes passa pela cabeça apoiarem.

E depois aparecem com quem? Aparecem com os mesmos. É que é extraordinário! Demitem-se, fazem congressos, disputas de liderança e depois olhamos para a bancada, vão a Belém e o que é vemos? Quem é que está ao lado do novo líder? Os mesmos de sempre.

Quando tomei posse, anunciei em primeiro lugar — com o devido respeito pelos outros Senhores Ministros — o Ministro das Actividades Económicas, o Ministro das Finanças, o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Olhamos para quem aparece ao lado do líder do Partido Socialista e vemos o Ministro dos Negócios Estrangeiros de António Guterres, o último Ministro das Finanças de António Guterres e o número dois do governo de António Guterres, entre outros que ali estão, ex-Ministro-Adjunto, ex-Ministro das Obras Públicas, ex-Ministro da Solidariedade...

É isto que as portuguesas e os portugueses têm de avaliar, têm de medir, têm de saber. São os mesmos que criaram ilusões a Portugal. São os mesmos — não é ficção! — que fizeram Portugal entrar num processo por incumprimento das metas a que se tinha comprometido, em relação ao Pacto de Estabilidade e Crescimento.

São os mesmos que obrigaram a estes dois anos de sacrifício e são os mesmos que agora não querem, nem por nada, que o País saia da crise que eles obrigaram o País a viver. Não querem, nem por nada. Antes chamavam-nos obcecados pelo défice. Nós estamos tranquilos. Aquela tranquilidade, o tal bem inestimável de ter a consciência tranquila, de termos cumprido esses objectivos nos primeiros dois anos da legislatura e de também garantir o seu cumprimento nos anos que aí vêm.

Agora, à falta de melhor, acusam-nos de não fazermos a devida consolidação orçamental! E antes de entrar na parte da estratégia política, eu gostava de dar uma palavra sobre o OE para o próximo ano.

Eu tenho orgulho neste OE. Tenho orgulho, por várias razões. Mas uma delas é muito importante. É porque cumpre o que o nosso Governo, aquilo que o Governo de que o nosso Partido é principal responsável, garantiu e prometeu aos portugueses. Feita a recuperação, feita a consolidação, feito o «estancar» do desvario da derrapagem da despesa, estaríamos em condições, em 2005, de aliviar um pouco a austeridade que pesava sobre os portugueses.

Não o fizemos, simplesmente por uma promessa: naqueles anos, no seguimento da governação deles, Portugal teve crescimento negativo, com estagnação económica. Neste momento, como todos confirmam, Portugal vive um período de início de crescimento consolidado que, para o ano, se prevê venha a ser perto do dobro do deste ano. Temos, portanto, margem para tomarmos as medidas que Durão Barroso e a Ministra das Finanças, a nossa companheira Manuela Ferreira Leite, várias vezes tinham anunciado aos portugueses.

Cumprir na política, como na vida, é sagrado!

E por isso mesmo, eu não posso deixar de estranhar que eles estranhem que nós queiramos cumprir! Cumprir na política, como na vida, é sagrado. Tem que ser uma busca incessante, a busca desse objectivo de dar realização às expectativas que despertamos junto das pessoas.

Sabemos que o nosso governo, quando assumiu responsabilidades, encontrou uma situação financeira bem diferente daquela com que contava. E por isso mesmo, mais uma vez, em cumprimento da verdade, dirigiu-se aos portugueses e disse: «O País está assim. O défice, afinal, é bem superior ao que estava apurado, foi nomeada uma comissão para avaliação desse mesmo défice». Foi visto, junto de Bruxelas, pelo actual Ministro das Finanças, do governo do Partido Socialista Operário de Espanha, que confirmou a existência dessa derrapagem, dessa violação do Pacto, e por isso mesmo, Portugal teve que entrar no tempo em que entrou.

Mas agora, cumprido esse tempo, nós queremos que Portugal volte a ter razões para ter esperança em melhores dias.

Sair da crise, não significa abandonar o rigor. Sair da crise, não significa abandonar a exigência. O rigor e a exigência são princípios permanentes. Não decorrem, sequer, da obrigação de qualquer Pacto de Estabilidade ou Crescimento celebrado com a União Europeia.

Há quem pense, porém, que o rigor e exigência são princípios que andam ao sabor dos ventos e ao sabor das marés, quem não os têm interiorizados nas regras da gestão do Estado, nas regras da gestão das finanças públicas.

Nós temo-los interiorizados, e por isso mesmo, eu quero dizer, aqui, no Congresso do Partido, que este Orçamento para 2005, aumentando o que é possível os funcionários públicos; mexendo nas taxas, descendo a generalidade das taxas do

IRS; aumentando as pensões no ritmo a que nos tínhamos comprometido, não diminui a consolidação orçamental.

O défice estrutural previsto para 2005, continua o caminho regressivo que se vinha verificando nos anos anteriores. E isso, na próxima semana, no debate do OE, teremos ocasião de comprovar. Mas seria bom que a oposição dissesse se queria agora, obcecada com a obsessão que dizia existir em nós, se queria que diminuísse a dimensão desse défice, onde é que cortava? Quais as despesas que eliminava? Não aumentava os funcionários públicos, ao fim de três anos? Aumentava os impostos? Quais?!

É que, para se dizer que tem de prosseguir a consolidação orçamental, as portuguesas e os portugueses sabem: só há duas hipóteses. Ou diminui a despesa ou aumenta a receita... e há outra: a de criar mais riqueza, o produto crescer mais.

Quem me dera que assim acontecesse! Temos feitos incessantes apelos a mais e melhor produtividade. Temos que criar condições propícias a mais investimento.



Só criando mais riqueza, é possível distribuí-la com justiça. E por isso eu digo, que as declarações que ouvimos esta semana a alguns responsáveis de várias instituições, são verdadeiras. Mas era bom que fosse sublinhado, também, o esforço que o governo realiza e vai realizar no próximo ano. Lá fora, reconhecem a credibilidade que temos.

Na generalidade dos conselhos europeus essa credibilidade do trabalho feito por Durão Barroso e agora continuado por nós, não é posta em causa.

Cá dentro, dizem alguns, que esse orçamento ainda é insuficiente para acabar com o défice, ou para resgatar a dívida. Seguramente que sim. Mas quando se fala na dívida pública é bom que se diga: seguimos a opção que entendemos adequada. Depois do trabalho feito nos primeiros dois anos, não podíamos andar mais tempo com défices ocultos no Serviço Nacional de Saúde ou com dívidas astronómicas aos laboratórios ou com dívidas que se arrastam ao longo de anos, mais o encargo com as SCUT's que os socialistas nos deixaram, depois de fazerem aquelas obras que nos disseram que eram grátis e que um dia seriam pagas por quem viesse.

E portanto, nós não podíamos, de maneira alguma, ignorar todas essas realidades. E quem fala da situação do Orçamento português, não as pode ignorar. E este esforço de levar à dívida pública aquilo que é responsabilidade do Estado e tornar o Estado, cada vez mais, pessoa de bem, honrando as suas dívidas, os seus compromissos, os seus encargos, é aquilo que é necessário para que a economia portuguesa cresça numa base sã.

Nada na vida cresce, se não for assente na verdade. E também a economia portuguesa tem que crescer, sabendo as portuguesas e os portugueses quais são as responsabilidades desta e das próximas gerações. Não estou no cargo do Primeiro-Ministro, com aqueles que me acompanham no Governo, para fazer de conta que governamos. Estamos num governo para dizer a verdade aos portugueses, como fez

XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



Durão Barroso, para assumir e para tomar as decisões que o interesse nacional impõe para Portugal.

A estratégia política

Deixem-me passar agora à parte da estratégia política. E quero dizer, caras companheiras e caros companheiros, que tendo este Congresso tantas moções, eu pedi ao Senhor Presidente da Mesa do Congresso, autorização, para considerar incluída nesta intervenção, a defesa da moção A, que está presente à consideração das Senhoras e dos Senhores Congressistas.

E sobre a estratégia política, para os tempos que aí vêm, queria dizer-lhes o seguinte: todos sabemos, que o nosso PPD/PSD alcançou sempre as grandes vitórias nos tempos de maior combate. Nunca ganhámos quando diziam bem de nós; ganhámos sempre quando os nossos adversários nos atacavam, perdiam a cabeça, entravam no desvario, chamavam-nos nomes...

Aconteceu assim, várias vezes ao longo da nossa história. Durante estas semanas, ao longo das poucas horas que tenho livres, li muito do que escreveram sobre Sá Carneiro.

Sobre Cavaco Silva (não me comparando nunca), as circunstâncias em que exerceram estas funções têm algo de parecido com o que acontece agora.

Se lerem os artigos dessa época — posso até distribuir aos curiosos — algumas considerações sobre a actuação de Sá Carneiro e de Cavaco Silva são idênticas às que fazem hoje. Vejam que os autores até são os mesmos! Têm uma diferença, que eu também tenho: naquela época tinham os cabelos pretos e agora, nas fotografias - onde escrevem ou falam - já aparecem com os cabelos todos brancos ou grisalhos. São os ex-próximos do Conselho da Revolução, são os ex-próximos dos que nos combatiam na altura, são os que na altura de Cavaco Silva eram pelas nacionalizações, pela estatização da comunicação social. São os mesmos; são sempre os mesmos.

Falavam na falta de coordenação do governo de Sá Carneiro, na falta de coordenação do governo de Cavaco Silva. Escreviam no principal semanário que o Primeiro-Ministro dizia coisas diferentes dos ministros. Parece-me tirado a papel químico.

Não ponho em dúvida que seja a expressão de um pensamento livre. O que digo é que é sempre a mesma opinião sobre as alturas em que vamos, num rumo (que eles sabem) que quando se chegar a devido porto, produzirá os seus devidos resultados.

E as portuguesas e os portugueses já começam a entender e a pensar....

Que interesses estarão a tocar? Terão medo deles eleitoralmente? Não os querem ver submetidos ao julgamento de eleições? Porque é que não discutem as políticas? Porque é que atacam pessoalmente? E é por isso que eu vos digo: vamos para dois anos de combate muito forte.

Eu quero um partido de combate. Quero um partido de combatentes. Quem não estiver com disposição, quem estiver cansado, quem não estiver pronto para este combate que vamos travar, não levamos a mal, mas não podem estar na linha da frente.

Em relação às eleições autárquicas, no essencial devemos reafirmar o que está na moção a estratégia aprovada no Congresso de Oliveira de Azeméis. Vamos partir de um patamar muito alto. Nas últimas eleições autárquicas tivemos um resultado extraordinário. Mas vamos lutar para manter as câmaras que conquistámos nessa altura. E para conquistar ainda mais.

Não falo, principalmente em Lisboa, Porto e Coimbra. Não. Para mim são todas iguais. A vontade de vitória é igual. Quero que mantenhamos as que temos e



que ainda vamos conquistar mais.

É ambicioso? É. Mas a ambição, a ambição salutar, a ambição de conquistarmos o poder por um projecto, só faz bem. Não faz mal a ninguém. Não ponho a fasquia baixa. Quero que mantenhamos as nossas posições. Mas deixem-me dizer ao Partido, porque penso que tenho autoridade moral para o fazer: espero que todos os que forem convidados, os que forem instigados a encabeçar candidaturas em sítios difíceis onde nunca ganhámos... Não às Assembleias Municipais, mas à liderança das Câmaras Municipais. Peço que estejam disponíveis para o combate e venham ajudar o Partido no próximo ano, nessas eleições tão importantes para o Partido e para todos nós.

É muito fácil falar de cátedra, é muito fácil dizer-se algo sobre aquilo que os outros fazem. Agora os militantes do PPD/PSD, todos eles, os que concordaram ou não concordaram com a nomeação, ou eleição, ou seja lá o que for, não interessam aqui as opiniões. Todos têm por obrigação, responder «presente».

Em 1997, fui desafiado pela então direcção do Partido para me candidatar a uma Câmara que fosse difícil. Na altura, fui vetado em Lisboa e fui concorrer a uma Câmara que nunca o PPD/PSD tinha ganho.

E depois, quatro anos depois, perguntou-me, o Dr. Durão Barroso, se

eu queria ser candidato a Lisboa. E passei por tudo isto por que estou a passar agora: ataques, calúnias e sondagens e a possibilidade de ganhar era impossível a dois dias de eleições. Tinha dez pontos de diferença. Imaginem! Se recuperámos 10 pontos em dois dias, como é que não recuperamos em dois anos não sei quantos pontos!

Não tenham dúvidas sobre isso! Eu conheço as razões de alguns. Não tomem o que aqui estou a dizer, como uma «revanche».

O que quero é que o Partido saiba e esteja ciente, e sabe, tenho a certeza, que os próximos dois anos, eles não vão dizer bem de nós. Eles não nos vão tratar bem, eles não nos vão dar mimos, não nos vão dar carinhos.

Vai ser duro, vai ser exigente. E o que quero é que, quem está disposto a intervir, quem fala, quem tem apetite de participação na vida política, esteja disposto também a responder «presente», sempre, como estamos todos, para dar o melhor pelo nosso Partido, e para conseguir os melhores resultados possíveis nestas eleições. E os melhores possíveis: já defini o que quero alcançar, e é uma fasquia bem alta.

Em relação às Legislativas

Em relação às eleições legislativas, gostava de vos dizer o seguinte:

Sou. Presidente do Partido e sou Primeiro-Ministro também. Tenho uma obrigação especial, bem vinculada, de assegurar a estabilidade do País.

O que está em curso neste momento, são as negociações em Bruxelas, nas novas perspectivas financeiras, a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o referendo que aí vem e que eu espero que todos, muito sinceramente, queiram mesmo e que não andem a dizer que só querem e andem a fazer algo que o possa inviabilizar.

Mas o que teria sido se Portugal não tivesse um governo investido plenamente em funções? Mais uma vez se verifica como o valor da estabilidade é tão importante.

O nosso Partido há muitos anos que o proclama. E nós temos o direito democrático, como dissemos em Julho, de dizer a todas as instituições deste País que, tendo cumprido a obrigação patriótica de tomar medidas tão difíceis e de arrostar com a situação que o País tinha na primeira metade da legislatura, temos o direito, todo o direito que o povo nos conferiu, de cumprirmos este mandato, levamos o

XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



nosso programa até final, e então depois, quem quiser, que venha a votos connosco. Logo verá a resposta que os portugueses vão dar!!!

Nessas eleições, nessas eleições legislativas, é fundamental que o PPD/PSD apresente um conjunto de propostas nas quais iremos trabalhar já, para as submeter a esse novo período da vida da comunidade nacional.

A coligação, do ponto de vista do governo, tem funcionado bem como dizia muitas vezes Durão Barroso, tem contado com a lealdade irrepreensível do líder do nosso parceiro de coligação. Mas quero também dizer claramente, que vamos tirando lições daquilo que se vai passando na vida política nacional. O PPD/PSD - e é isso que vos proponho na moção que aqui está - quer trabalhar para a formação de uma plataforma. Uma plataforma política, uma plataforma eleitoral que alargue o movimento de cidadãos que se vão juntar a nós.

Não é fazermos Estados Gerais. Estados Gerais já têm barbas. E nós nunca imitamos ninguém. Quem nos imita são eles a nós. Às nossas ideias e às nossas propostas.

Uma grande plataforma política eleitoral, para ganhar as eleições decisivas de 2006!

O que queremos é alargar a outras forças políticas, a outras forças partidárias, a movimentos de cidadãos, do sector privado da nossa economia, que têm movimentos cívicos na participação da vida comunitária, que se juntem a nós numa grande plataforma política eleitoral, para que possamos ganhar essas eleições decisivas em 2006!

Por isso mesmo não fazemos agora um juízo sobre a estratégia que iremos adoptar. Temos por obrigação assegurar a estabilidade do governo de Portugal. Mas queremos dizer também daqui, bem alto, para todos, incluindo ao nosso parceiro de coligação (a quem saúdo o respectivo líder) que no governo de Portugal não há, não pode haver, nunca houve, nem nunca haverá, para nós, ministros de um ou de outro partido. Há apenas Ministros do Governo de Portugal!

Acho bem que os dois partidos respirem por si, enquanto tal. Quem tem medo de confusões entre o PPD/PSD e o CDS/PP, fusões ou confusões, deve estar com os termos do raciocínio político alterados, porque para nós não há nenhuma confusão, nunca haverá nenhuma fusão.

PPD/PSD somos nós. Nós somos quem somos e não temos qualquer preocupação de nos demarcarmos seja de quem for. Não temos complexos de identidade. E por isso mesmo, quero dizer que nós defendemos todos os ministros do CDS/PP, independentes do PPD/PSD. E tenho a certeza que o nosso parceiro de coligação, nesta segunda metade da legislatura, fará o mesmo.

Não haverá cartas para nenhum sítio do País a dizer que os ministros do CDS/

PP cumprem o que prometem, porque o CDS/PP trata os nossos ministros como os dele, tal como nós tratamos todos os ministros por igual.

Devemos assegurar a estabilidade. Mas a estabilidade tem regras. E são essas regras que me cabe a mim, em primeiro lugar, assegurar e fazer cumprir.

E por isso, para este tempo que aí vem, eu preciso da vossa confiança de modo explícito. A relação, como vos digo, entre os dois partidos tem sido exemplar. Mas agora, quando sairmos do Congresso, vamos ter de trabalhar em conjunto. Preparar as eleições autárquicas. As bases querem ver e verão o mapa político nacional nessa matéria. Há o coordenador nacional das autárquicas. Observaremos como vai ser o comportamento de cada um dos Partidos, cumprindo até final desta legislatura os seus compromissos com os portugueses e preparando esses novos tempos que aí vêm, depois de 2006.

Não queiramos trocar o tempo ao tempo. No seu devido tempo, tomaremos a decisão em relação à estratégia eleitoral.

Qualquer outra tomada de posição neste momento, prejudicaria os interesses de Portugal e da estabilidade que nos comprometemos a assegurar.

Uma palavra para as eleições presidenciais e o sonho de Sá Carneiro

Uma palavra para as eleições presidenciais que ocorrerão entre as autárquicas e as legislativas, de 2006. A moção de estratégia reafirma também aí, no essencial, o pensamento da moção de Oliveira de Azeméis.

E quero dizer que, sendo essas eleições, umas eleições onde conta eminentemente uma vontade pessoal, os partidos políticos delas não se podem alhear.

No Congresso de Oliveira de Azeméis, tínhamos estipulado fixar o calendário no qual tomaremos uma decisão por alturas do final do ano.

Como temos este Congresso, propomos aos congressistas que seja fixado um prazo até ao final do mês de Junho, para quem se queira apresentar e concretizar o nosso sonho.

Não considero que tenha uma obsessão. Faço questão que o candidato que vamos apoiar ganhe as eleições, cumprindo o sonho de Francisco Sá Carneiro.

Sabem as posições que tomei sobre essa matéria, desde o Congresso do Coliseu de Junho de 2002. Chamado pelo Partido a assumir as funções que actualmente exerce, e tendo antes realçado sempre a importância das eleições presidenciais, quero hoje confirmar aqui, aquilo que sempre disse: considero-as muito importantes para o sistema político português.

Muitas das medidas que gostaríamos de tomar e não podemos tomar devem-se ainda, ao contrário do que alguns querem fazer crer, a bloqueios constitucionais, impasses nalgumas normas jurídicas, fiscalizações prévias da constitucionalidade.



XXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD



Não à ação do Senhor Presidente da República, que tem exercido as suas funções com moderação e respeito pelo papel e estatuto que tem no sistema constitucional português.

Mas nós sonhamos com o dia em que seja normal no nosso País o que é normal noutros países, em que, quando fala um Presidente da República, esteja o Primeiro-Ministro no estrangeiro ou em Portugal ou o PR fora de Portugal ou cá, o país não fique à espera de ouvir qual é a crítica que daquela vez vai sair ao governo que esteja em funções.

Não é um problema, não é uma questão deste Presidente da República (com o qual, quero dar aqui testemunho), o relacionamento institucional, tem sido exemplar. Não falo do relacionamento pessoal, mas não tenho no plano institucional — porque o pessoal, obviamente é óptimo — qualquer razão de queixa. Afirmo a frontalidade, cumprimento dos deveres de lealdade institucional, que têm sido norma no relacionamento com o Chefe de Estado.

Há uma tradição que vem do general Ramalho Eanes e que foi seguida pelo Dr. Mário Soares, nomeadamente no segundo mandato que não é, felizmente, seguida por este Presidente.

Mas seria bom, um dia, ouvirmos um Chefe de Estado, um PR, chegar a uma cerimónia oficial e dizer: «Portugueses, reparem, desta vez o Governo fez bem! Tomou uma medida corajosa. Precisa do vosso apoio. Unam-se, unam-se todos em volta deste caminho, no qual até governo e oposição concordaram.» Galvanizar os portugueses, mobilizá-los com optimismo. Sonhamos com esse dia, em que possamos ter um PR nesse novo tempo a partir de Janeiro de 2006, que possa assumir essas atitudes.

E o PPD/PSD? Os seus militantes? Os seus eleitores? Querem ouvir o presidente do seu Partido dizer aquilo que eu vou dizer. Não faremos nada que impeça e faremos tudo para criar condições para quem está melhor colocado para ganhar as eleições presidenciais. Para que Aníbal Cavaco Silva possa ser o candidato vencedor das presidenciais do ano que vem.

Quero dizer ao Congresso que nós não somos como o Partido Socialista, felizmente, temos vários militantes em condições de disputarem essas eleições e de as disputarem, com a ambição de ganhar. Mas todos nós sabemos e foi o que eu sempre disse antes de exercer estas funções, deve ser apoiado na devida altura aquele que estiver em melhores condições de realizar esse sonho que há tanto tempo prosseguimos. E não tenho dúvida nenhuma, não temos dúvida nenhuma, de quem está nessas condições.

Mas volto a dizer: é uma decisão eminentemente pessoal, não é o Partido, não é o PPD/PSD, que vai pedir seja a quem for para ser candidato à Presidência da República.

Compreendemos que, quem é candidato, tem de estar acima dos partidos. Mas nós sabemos, temos a certeza, de que apesar disso, apesar dessa obrigação de um candidato presidencial, o Professor Cavaco Silva gosta tanto do Partido que liderou durante dez anos, quanto o seu Partido gosta dele e muito dele espera no futuro.

E quero, para concluir, dizer que para tudo aquilo que tem de se fazer, aquilo que a nova direcção tem de fazer, neste tempo novo que anunciamos na moção, eu preciso da vossa confiança.

Desculpem-me falar assim. Não posso exigí-la, não exijo. Nós não somos Presidentes de Partido ou Primeiros-Ministros; **estamos** como Presidentes de Partido ou Primeiros-Ministros ou Vice-Presidentes ou Presidentes de Câmara,

enquanto o povo o entende. Ou Presidentes de Junta ou Vereadores, enquanto o povo assim o entende. Quando, quem é soberano, toma essa decisão, mantém essa confiança.

Agora, têm que compreender que eu, nos próximos tempos, segunda-feira, para não dizer Domingo, quando sair deste Congresso, preciso que todos saibam lá fora que vou ter as condições para fazer aquilo que se impõe fazer agora e talvez alguns outros actos que gostava de já ter feito há mais tempo, mas estava à espera de me encontrar convosco. São actos que visam assegurar dois valores para nós fundamentais que sublinhei na comunicação ao País: estabilidade institucional, estabilidade na coligação.

Isso é fundamental para governar um país nos tempos como aqueles em que vivemos. Para governar Portugal com os desafios que tem pela frente. É fundamental que exista, que tenhamos essas condições no relacionamento com as outras instituições e na coligação, condições plenas para uma governação eficaz nos próximos dois anos.



Não sou um líder que tenha vindo de algum banco de nevoeiro. Eu sou um de vós. Eu venho do meio de vós

Peço-vos pois, se assim for o vosso entendimento, que me deem essas condições. Assumo as minhas responsabilidades. Estou disposto a entregar-me de alma e coração a este trabalho. Entre os muitos defeitos que me apontam nunca me apontaram o de faltar aos meus deveres, de faltar às minhas responsabilidades. Trabalhamos muito, queremos continuar a trabalhar ainda mais. Não sou um líder que tenha vindo de algum banco de nevoeiro. Eu sou um de vós. Eu venho do meio de vós.

Por isso, preciso ainda mais desse vosso apoio. Prometo-vos o seguinte: serei sempre eu próprio, não tenho problemas de identidade para resolver. Já não posso, naturalmente, agir como se não exercesse as funções que me foram confiadas.

Agora, garanto-vos que de mim ouvirão sempre a verdade. Nunca ouvirão falsidades. Serei sempre igual a mim próprio. Posso sair-me melhor ou pior aqui ou acolá. Mas algo terei sempre, com a graça de Deus, a consciência tranquila; consciência de dar tudo o que tenho dentro de mim. Gosto muito de todos vós, gosto muito do meu PPD/PSD, do nosso PPD/PSD. Quero

muito a Portugal. Conto convosco. Preciso de todos vós. Obrigado pelo que me têm dado!!! – Fontes: Lusa, DN, Público, Áudio-Visuais PSD. Fotos: Luís Saraiva

(Nota: motivos de tempo e de prazos de edição, levam a que a reportagem completa do XXVI Congresso seja interrompida no momento do final do discurso inicial do Presidente do Partido, concluindo no próximo número do “Povo Livre”, para o qual, desde já, chamamos a atenção dos nossos leitores, militantes e simpatizantes. – A Redacção)

Actividades do Partido e Autarquias PSD

A Distrital do Porto defende recandidaturas de presidentes PSD no Distrito

O presidente da Comissão Política Distrital do Porto, Marco António Costa, vai apoiar as recandidaturas de todos os presidentes de câmara sociais-democratas em exercício no distrito, incluindo Valentim Loureiro (Gondomar) e Luís Filipe Menezes (Gaia).

O dirigente distrital afirmou que, embora estes dois autarcas tenham manifestado, no congresso do PSD em Barcelos, a sua indisponibilidade para se recandidatarem, lhes vai pedir para continuar.

“Vou pedir o contributo político de ambos para as próximas eleições autárquicas”, afirmou.

Para Marco António, “Luís Filipe Menezes constitui um activo político demasiadamente valioso para que o PSD possa prescindir do seu concurso, em Gaia e não só”.

Quanto a Valentim Loureiro, o presidente da distrital “laranja” afirmou-se confiante que o major será novamente candidato à Câmara de Gondomar.

Marco António falava aos jornalistas após a assinatura do protocolo entre as distritais portuenses do PSD e do CDS-PP que fixa um sistema de consultas mútuas entre os dois partidos com vista às próximas eleições autárquicas de 09 de Outubro de 2005.

Tanto Marco António como o seu homólogo do CDS/PP, Álvaro Castelo-Branco, defenderam que a coligação PSD/CDS-PP se encontra “de



boa saúde tanto a nível local, como distrital e nacional”.

“O que posso dizer é que tanto os militantes do CDS-PP como os do PSD têm em comum o facto de que amam muito as bandeiras dos seus partidos, mas amam ainda mais a bandeira de Portugal”, afirmou Álvaro Castelo-Branco.

As condições do protocolo assinado entre as distritais do Porto do PSD e do CDS-PP, são as mesmas do acordo subscrito em 2001 para as anteriores eleições autárquicas.

No protocolo são fixadas as bases do trabalho conjunto de promoção de coligações candidatas às autárquicas de 2005 no maior número possível de concelhos do distrito.

O documento apela às concelhias dos dois partidos a que procurem “acordos políticos” entre si, alargando a participação na coligação, nomeadamente “criando plataformas de convergência com movimentos de cidadãos oriundos da esquerda”.

Os dois partidos sublinham que pertence às respectivas “concelhias” a decisão de celebração ou não de coligações assim como o alargamento do seu âmbito a movimentos independentes.

O PSD e o CDS-PP concorreram coligados nas “autárquicas” de 2001 a seis dos 18 municípios do distrito do Porto (Porto, Gaia, Matosinhos, Maia, Penafiel e Lousada) e celebraram acordos pré-eleitorais em vários outros, aos quais apenas concorreu um dos partidos.

O PSD preside actualmente a 11 concelhos do distrito do Porto, o CDS-PP a um (Marco de Canaveses) e o PS a seis (Matosinhos, Vila do Conde, Santo Tirso, Felgueiras, Lousada e Amarante).

Os dois partidos deverão decidir até final de Janeiro quais os concelhos em que concorrem coligados, devendo os cabeças-de-lista ser apresentados em Fevereiro. – **CPD Porto**

Distrital de Setúbal:

Reunião com o Ministro da Administração Interna

No dia 15, o Ministro da Administração Interna e os Deputados do PSD eleitos por Setúbal mantiveram uma reunião com o Ministro da Administração Interna, na qual foram abordados diversos aspectos relativos a investimentos em curso, ou a iniciar no distrito, na área da protecção civil e da segurança dos cidadãos.

No que respeita à protecção civil considerou-se importante avançar rapidamente com a adjudicação da empreitada de construção do novo Quartel de Bombeiros Voluntários da Moita, com a assinatura do protocolo e posteriormente do contrato programa para a construção do novo Quartel de Bombeiros Voluntários de Águas de Moura.

Foi ainda solicitada uma especial atenção para se atribuir uma grande prioridade ao processo de construção da Secção da Quinta do Conde-Sesimbra, pois a Quinta do Conde é uma freguesia com um grande crescimento demográfico e que está distanciada várias dezenas de quilómetros da sede do Concelho de Sesimbra, onde se localiza o Quartel dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra.

No âmbito das forças de segurança, considerou-se fundamental implementar a reorganização territorial de intervenção da GNR e PSP no Distrito de Setúbal principalmente nos Concelhos de Almada, Seixal, Moita e Montijo.

Congratularam-se ainda com a conclusão e inauguração no passado dia 13 do novo Quartel de Bombeiros do Barreiro (Corpo de Salvação Pública) onde o Governo, através do Ministério da Administração Interna, investiu 450.000 euros.

Por outro lado, as prioridades apontadas para a melhoria das instalações da PSP e da GNR foram:

Novo equipamento para a Divisão do Barreiro - PSP – A instalar eventualmente na Quimiparque;

Esquadra do Barreiro – PSP – As actuais instalações devem sofrer grandes

obras de remodelação;

Esquadra da Costa da Caparica – Almada - PSP – Deveria ser acelerada a publicação do anúncio de concurso para a construção deste novo equipamento;

Esquadra do Laranjeiro – Almada – PSP – Estando em fase de conclusão a sua construção, deve ser dada prioridade à instalação dos equipamentos para que possa entrar em funcionamento em 2005;

Quartel da Charneca da Caparica – Almada – GNR – Estando em construção este novo edifício será de uma grande utilidade para esta freguesia de Almada, pois é uma das que mais cresceu nos últimos anos no concelho;

Quartel de Sesimbra – GNR – Equipamento em construção que permitirá melhorar significativamente as condições de trabalho das forças de segurança na sede do concelho e ao mesmo tempo libertar para outros fins o forte;

Quartel de Santiago do Cacém – GNR – Encontra-se em fase final de construção devendo ser inaugurado em 2005;

Posto de Paio Pires – Seixal – GNR- Devem ser executadas obras de remodelação;

Quartel da Moita – GNR – Foi considerada como primeira prioridade no Distrito de Setúbal na área da GNR a substituição das instalações, pois encontram-se bastante degradadas. O PIDDAC/2005 ainda não contempla este investimento.

Os Deputados consideraram ainda como fundamental a construção de um equipamento para que as forças de segurança se possam instalar no Monte da Caparica (PIA), em Almada, pois é uma área que, pelas suas próprias características, necessita urgentemente do mesmo (está inscrito em PIDDAC/2005).

No dia 19 de Novembro, pelas 15h00, a Ministra da Educação, Maria do Carmo Seabra, irá estar presente na Inauguração da Escola Básica 2/3 Vasco da Gama, em Sines.

Actividades do Partido e Autarquias PSD

Abrantes:

PSD contra novos aumentos de taxas

Com os votos favoráveis de PS e CDU e os votos contra dos eleitos pelo PSD, foram aprovados, na reunião de 15 de Novembro, novos valores de taxas no capítulo “Cemitérios” e nos artigos 15º e 16º da parte respeitante às “vistorias”.

Em declaração de voto, os vereadores do PSD Pedro Marques e João Salvador sublinharam que “os aumentos propostos são elevadíssimos e representam mais um aumento sobre os munícipes” para, logo de seguida, adiantarem que “infelizmente, o modelo de desenvolvimento imposto conduziu-nos a isto”.

No texto da declaração, pode ainda ler-se que “os munícipes começam a sentir, cada vez mais, o preço a pagar pelo modelo que vigor”.

Para os autarcas social-democratas, a via cada vez mais recorrente de “ir ao bolso dos munícipes parece ser a única opção desta maioria”.

É que, segundo Pedro Marques, “esta opção de encarecer todos os anos, para valores inimagináveis, as taxas e tarifas, tem de ser do conhecimento da população. É este o resultado do modelo que o PS criou para o concelho, de fazer obras de grande dimensão, que não criam emprego nem riqueza e que, obviamente, têm que ser pagas por todos nós, à custa do que podemos chamar «impostos» municipais, isto é, para alimentar o monstro que criou o PS impõe a todos nós um preço mais caro, a todos os níveis, para o que temos que pagar”.

Por fim, sublinhe-se que a Tabela de Taxas em vigor no Município de Abrantes registou 8 alterações em sede de Câmara Municipal no ano de 2003 e que a presente revisão não decorre, como se comprova pela expressão dos aumentos, de nenhuma alteração de acordo com a taxa de inflação, razão pela qual, até final do ano, será ainda expectável novo aumento para o ano de 2005.

- C. P. S. Abrantes

Braga:

PSD denuncia falta de cumprimento da Câmara Socialista, do dever de esclarecer e informar os cidadãos

A Câmara Municipal de Braga, à revelia do seu dever de informar os cidadãos das suas decisões e planos. Insistentemente pedidas pelos vereadores eleitos pelo PSD, não apresenta, na sua próxima reunião ordinária, o Projecto para o Parque Eco-Monumental das Sete Fontes, do qual deveria constar a recuperação das estruturas existentes, a proposta de desafectação do uso do solo no PDM destinado a fins construtivos, o estudo da melhor forma de integração do espaço com as infra-estruturas adjacentes (como o novo Hospital de Braga) e a elaboração do projecto do referido Parque, para usufruto dos munícipes.

Ainda na próxima reunião ordinária do Executivo, a realizar Quinta-feira (18 de Novembro), a Câmara Municipal de Braga não propõe a adesão de Braga à Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis, a instituição de um Gabinete de Apoio ao Investidor e a criação de um Instituto de Apoio ao Desenvolvimento das Artes e das Indústrias Criativas.

Nesta reunião ordinária, o Executivo não aprecia também as informações dos Serviços Municipais quanto aos custos de manutenção dos Estádios Municipais e os resultados do levantamento não realizado à condição actual do Parque Arbóreo urbano, de que deveria resultar a elaboração do Plano de Arborização Municipal.

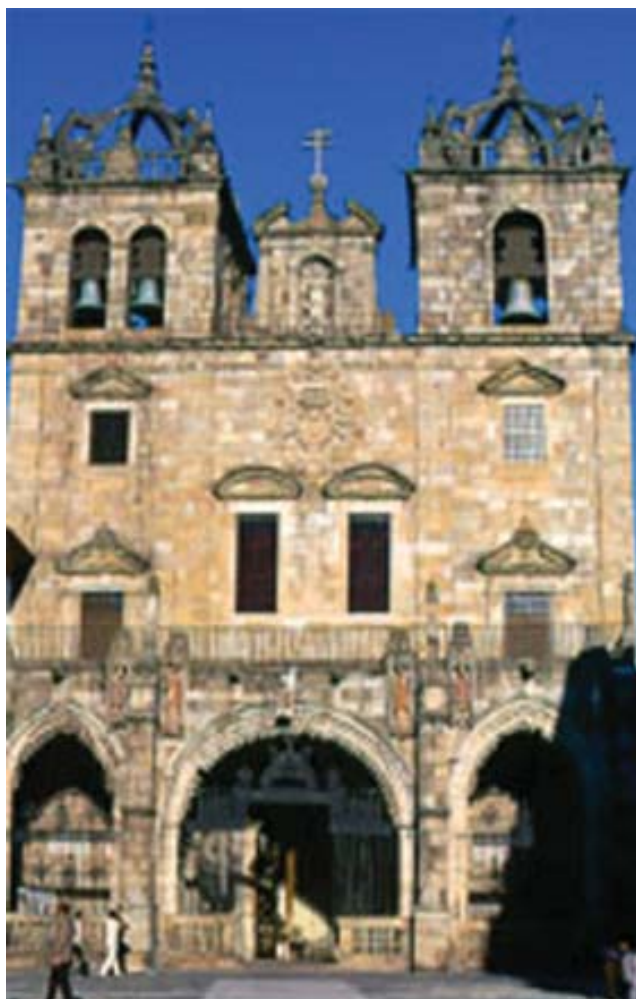
A vereação não vai ser ainda chamada a apreciar o teor de um protocolo a estabelecer entre o Município e as Associações Comercial de Braga e Industrial do Minho, relativo à criação de um Conselho Executivo para o Parque de Exposições de Braga.

A vereação não vai ser também chamada a apreciar o teor de protocolos a estabelecer entre o Município e algumas Juntas de Freguesia, relativos à disponibilização de terrenos para a criação de loteamentos sociais.

Alguns outros protocolos de teor semelhante, relativos a apoios atribuídos à prossecução da actividade de IPSS de diversas Freguesias, no domínio do apoio à infância e à terceira idade, não integram a agenda desta reunião.

Por último, o executivo municipal não deverá ratificar o regulamento dos Prémios para o Melhor Projecto de Recuperação de Edifícios no Centro Histórico e para a Melhor Iniciativa de Sensibilização Ambiental.

No que se refere à atribuição de apoios financeiros a colectividades e instituições, as propostas não apontam para o Projecto Braga/Tempo (na área cultural), o Projecto Auto-Estima (no domínio dos cuidados de saúde e apoio a cidadãos envolvidos na prostituição) e para um conjunto de clubes desportivos locais que se vêem forçados a treinar fora do concelho, face à indisponibilidade de campos e equipamentos. – CPS Braga





ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Anadia, para reunir no próximo dia 27 de Novembro de 2004 (sexta-feira), pelas 20h30, na sede concelhia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários (junto ao Café Riviera), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação, discussão e votação das contas relativas ao ano de 2003;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

FELGUEIRAS

Nos termos estatutários, convocam-se os militantes da Secção Concelhia de Felgueiras a reunirem em Assembleia de Militantes a realizar no próximo dia 17 de Dezembro de 2004, pelas 21h00, na sede concelhia sita na Rua Luís de Camões em Felgueiras, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para a Comissão Política de Secção

Nota:

As urnas estarão abertas na sede da Secção das 21h00 às 24h00;

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

FORNOS DE ALGODRES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no dia 7 de Janeiro de 2005, pelas 18h00, na sede concelhia sita na Rua Espírito Santo nº 2, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

A entrega das listas deverá ser feita ao Presidente da Mesa da Assembleia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

MONTEMOR-O-VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do artigo 3º do Regulamento Eleitoral, convoca-se todos os militantes para reunirem no dia 29 Dezembro de 2004, no período compreendido entre as 18h30 e as 22h00, na sede do PPD/PSD, sita na Praça da República, em Montemor-o-Velho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

Nos termos do artigo 4º do Regulamento Eleitoral, as listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, na sede concelhia do PSD, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vagos, para reunir, em Sessão Ordinária, no dia 18 de Dezembro de 2004, pelas 20h30, na sua sede em Soza, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informação da actividade desenvolvida pela CPS;
2. Discussão e Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2004;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos de interesse para o Partido.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 10 de Dezembro de 2004, pelas 20h30, no Edifício da Casa do Povo da Freguesia de Lanheses, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Militantes para o próximo dia 18 de Dezembro de 2004, pelas 15h00 na respectiva sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



CONSELHO DISTRITAL de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos em vigor, convocam-se todos os Delegados para a reunião do Conselho Distrital de Lisboa da JSD, a realizar no dia 25 de Novembro de 2004 (Quinta-feira), pelas 21h00, no Auditório da Sede Nacional do PPD/PSD, sita na Rua de São Caetano à Lapa, n.º 9, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política.

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção da JSD/Paredes, para o dia 18 de Dezembro de 2004, pelas 15h00, a realizar na Sede do PSD/Paredes, sita na Rua 1.º de Dezembro, no Concelho de Paredes, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política da JSD da Secção de Paredes.

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD/Paredes, sita na Rua 1.º Dezembro, no Concelho de Paredes, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD e o Regulamento Eleitoral.

b) As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

NÚCLEO de FREAMUNDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Núcleo da JSD de Freamunde, para o dia 18 de Dezembro de 2004, pelas 17h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD de Paços de Ferreira, sita na Av. dos Templários, n.º 309, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos órgãos de Núcleo da JSD de Freamunde.

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Paços de Ferreira, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

NÚCLEO de RAIMONDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Núcleo da JSD de Raimonda, para o dia 18 de Dezembro de 2004, pelas 17h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD de Paços de Ferreira, sita na Av. dos Templários, n.º 309, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos órgãos de Núcleo da JSD de Raimonda.

NOTA:

As listas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Paços de Ferreira, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

As urnas estarão abertas das 17h00 às 19h00.

NÚCLEO de ÁGUAS SANTAS / PEDROUÇOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Águas Santas/Pedrouços - Maia, para reunir no próximo dia 16 de Dezembro de 2004, pelas 21h00, na Sede do Núcleo do PSD de Águas Santas / Pedrouços, sita na Rua D. Afonso Henriques (Pedrouços), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial e da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial de Águas Santas / Pedrouços..

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00.

As listas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo de Águas Santas / Pedrouços, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia do PSD da Maia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção de Vagos, para reunir no próximo dia 17 de Dezembro de 2004, pelas 21h00, na Sede da Secção, sita na Vila de Soza, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Comissão Política da Secção;
- 2- Eleição da Mesa do Plenário da Secção.

NOTA:

1- As listas candidatas e respectivos termos de subscrição e aceitação deverão ser apresentadas em duplicado, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Secção, ao Presidente da Mesa do Plenário.

2- As urnas estarão abertas por um período de três horas.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Coruche, para o próximo dia 18 de Dezembro de 2004(Sábado), pelas 17h00, na Sede Concelhia do PSD de Coruche, sita na Rua dos Guerreiros, n.º 47, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção, da Comissão Política de Secção;

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir;

b) As urnas estarão abertas das 17h30 às 18h30.

CONSELHO DISTRITAL de VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Reunião do Conselho Distrital de Viseu da JSD, a realizar no próximo dia 27 de Novembro de 2004, pelas 15h00, no Auditório dos Balneários Rainha D. Amélia nas Termas de S. Pedro do Sul, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Discussão e Votação de Moções a apresentar ao Congresso Nacional da JSD.
- 3- Outros Assuntos.

NÚCLEO do CAMPO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial da JSD do Campo, para uma reunião a realizar no próximo dia 17 de Dezembro de 2004(Sábado), pelas 16h00, na Junta de Freguesia do Campo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo e da Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente, a possa substituir, na Sede Concelhia do PSD, Rossio, n.º 14 – 2.º andar, em Viseu, até às 24h00 do 3.º dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 16h00 às 17h00.

NÚCLEO de MAIA LESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo Maia Leste, para um Plenário de Núcleo a realizar no dia 16 de Dezembro de 2004, entre as 21h30 e 24h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987 Maia e com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleições para a Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

As listas de candidatura devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia.

NÚCLEO de NOGUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Núcleo Residencial da JSD de Nogueira - Maia, para reunir no dia 16 de Dezembro de 2004, pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD da Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 897, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial e da Mesa do Plenário do Núcleo Residencial de Nogueira – Maia.

NOTA:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 24h00.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo de Nogueira-Maia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Concelhia do PSD da Maia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

PÓVOA de VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os militantes da JSD da Concelhia da Póvoa de Varzim, para um Plenário, a realizar no dia 15 de Dezembro de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 – Escritório 1, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informação sobre o trabalho realizado pela Comissão Política Concelhia da Póvoa de Varzim;
- 2- Discussão de outros assuntos de interesse para a JSD/Póvoa de Varzim.

NOTA:

Se à hora marcada não estiver presente a maioria dos Militantes da JSD/Póvoa de Varzim, o Plenário inicia-se 30 minutos mais tarde com o número de militantes presentes.

NÚCLEO de MEIRINHAS (

POMBAL)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e das disposições regulamentares aplicáveis, convoco o Plenário do Núcleo da JSD de Meirinhas, para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2004 (Sábado), pelas 17h30, no Salão de Apoio às Colectividades da Freguesia de Meirinhas, sita no Mercado, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Período Antes da Ordem do Dia

- 1- Leitura, discussão e votação da acta da reunião anterior;
- 2- Prestação de informações da Comissão Política do Núcleo ao Plenário;
- 3- Eleição da Comissão Política do Núcleo e da Mesa do Plenário do Núcleo da JSD de Meirinhas.

NOTA:

As listas candidatas aos actos eleitorais constantes na presente convocatória, deverão ser constituídas nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral. As Listas candidatas deverão ser apresentadas na Sede até às 24h00 do dia anterior ao da realização do Plenário Eleitoral.

As urnas estarão abertas das 17h30 às 19h00.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD Concelhia do Porto, para reunir no próximo dia 8 de Dezembro de 2004, pelas 21h30, na Sede do Núcleo Ocidental do Porto, sita à Rua do Pinheiro do Manso, 305, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Regulamento Interno da Concelhia do Porto;
- 2- XVIII Congresso Nacional da JSD;
- 3- Análise da Situação Política;
- 4- Outros Assuntos.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de militantes da Secção do Porto, para uma reunião, a realizar no próximo dia 13 de Janeiro de 2005, pelas 18h00, na Sede do Núcleo Ocidental do Porto, sita à Rua do Pinheiro do Manso, 305, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição dos Conselheiros Distritais da Concelhia do Porto.

NOTA:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem, o possa estatutariamente substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao começo dos trabalhos na Sede do Núcleo Ocidental do Porto, sita à Rua do Pinheiro do Manso, 305, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Electivo da JSD.

As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção da JSD da Maia, para reunir no próximo dia 2 de Dezembro de 2004, pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD da Maia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 897, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Gabinete de Observação Autárquica;
- 3- Análise da Situação Política

NÚCLEO de LANHESES (Viana do Castelo)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário do Núcleo Residencial de Lanheses (Concelho de Viana do Castelo), para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2004, pelas 17h00, na Sede de Núcleo situada no Largo Capitão Gaspar de Castro – Lanheses, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa de Núcleo e da Comissão Política de Núcleo;

NOTA:

1) As listas devem ser entregues até às 24h00 do 3.º dia anterior à realização do acto eleitoral, na sede acima referida, ao Presidente da Mesa de Secção, ou a alguém que estatutariamente o possa substituir.

2) As urnas estarão abertas entre as 17h45 e as 18h45.

ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Ansião, para o dia 18 de Dezembro de 2004, pelas 20h30, na Sede Concelhia, sita na Avenida Dr.º Vítor Faveiro, 1.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Apresentação e Discussão do Relatório de Contas e Actividades.
- 2- Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

NOTA:

1- As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede supra citada.

2- As candidaturas a todos os órgãos da JSD serão apresentadas por listas completas propostas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para eleição e deverão ser acompanhadas das respectivas declarações de aceitação de candidatura de todos os candidatos.

3- Os primeiros 30 minutos seguintes ao período da contagem do quórum, servirão para apresentação de listas, sendo que posteriormente a urna permanecerá aberta por um período de duas horas. Assim sendo a urna estará aberta das 21h00 às 23h00.

4- As candidaturas para os órgãos executivos e para os órgãos de direcção de Assembleias, Mesa, serão efectuadas através de lista fechada e eleitas por sistema maioritário simples.

5- As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior deverão ser formadas por um número ímpar de membros em conformidade com os Estatutos;

6- Os candidatos só poderão integrar uma das listas concorrentes a cada órgão.

7- As listas candidatas aos órgãos tipo Assembleia deverão incluir um número de candidatos suplentes equivalente a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos.

8- O número de candidatos suplentes não poderá em caso algum exceder a totalidade dos candidatos efectivos.



Assembleia Distrital DOS TSD de Setúbal

Nos termos dos Estatutos dos TSD, convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 26 de Novembro de 2004, sexta-feira, pelas 21h00, no PARQUE DE SANTO ANTÓNIO, sito na R. Manuel Agro Ferreira, na Costa de Caparica, com a seguinte

ordem de trabalhos:

1. Informações;
 2. Análise da Situação Político-Laboral.
- Este ponto será apresentado pela companheira MARIA DAS MERCÊS BORGES

SECÇÃO LABORAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ao abrigo do disposto nos Estatutos dos TSD e no N.º 1 do Art.º 3º do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes dos TSD da Secção Laboral do Ministério da Educação, para reunirem em Assembleia Eleitoral no próximo dia 14 de Dezembro de 2004 (Terça-feira), das 18.00 horas às 20.00 horas, na Sede Distrital, sita na Rua da Junqueira, n.º 209 em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição do Secretariado da Secção Laboral do Ministério da Educação.

Nota:

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital dos TSD /AML, até às 20 horas do quinto dia (útil) anterior ao acto eleitoral, na Rua da Junqueira, n.º 209, 1300-338 Lisboa.

JSD/Minho comenta proposta de Orçamento para o Superior

“A exigência de uma maior competitividade na era da globalização coloca à comunidade académica, científica e empresarial, acrescidos desafios, justificando o reforço e a continuidade na aposta no conhecimento”, assim começa o comunicado da Coordenação do Ensino Superior da CPD/Minho

A CES constata que o Orçamento do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES) para 2005, com o objectivo de contribuir para a riqueza do país o Governo, apresenta um aumento de 4% no investimento por aluno, relativamente a 2004. Segundo a análise do CES da JSD/Minho, o Orçamento Global consolidado do MCIES apresenta uma taxa de crescimento comparativamente aos valores da dotação inicial de 2004 de 6,6% havendo um acréscimo mais significativo na Ciência e Inovação 24,6%.

“Numa altura em que o país tenta sair de uma crise económica, a Comissão Política Distrital do Minho da JSD congratula-se com o facto de o orçamento para 2005 não descurar a Acção Social, pois é fundamental que todos tenham possibilidade de frequentar o Ensino Superior”, prossegue o documento da CPD, que refere que entre 1997 e 2004 o financiamento público em Acção Social passou de 88,6 milhões de Euros para 168 milhões de Euros.

No tocante a propostas, a JSD/Minho “vai propor, em sede própria, que haja uma aposta clara em”:

- mais Bolsas, mas que sejam distribuídas de uma forma justa, como tal na nossa opinião deve existir aqui também uma forte fiscalização, para que só seja bolsheiro quem realmente necessite;

- condições especiais em todos os locais de Ensino para alunos com carências especiais;

- alteração dos patamares entre escalões das bolsas, esbatendo as transições bruscas de escalões;

- mais Residências e Cantinas, mas estas que possam ser agora construídas devem ter em atenção o factor localização para que não se repitam erros do passado em que alunos tenham que fazer um longo percurso das residências para a Universidade;

- mais Promoção do Desporto Universitário, a existência de espaços de estudo, actividades culturais e de lazer para os estudantes dentro do campus do Ensino Superior.

O texto termina com a seguinte ideia-força: “Pretendemos um Ensino Superior de elevada qualidade e exigência, pois são estas condições indispensáveis ao sucesso colectivo. O caminho do facilitismo nunca levou Portugal a bom rumo”.

NESD da Lusíada do Porto lança o seu blog

O Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade Lusíada do Porto (NESDULP) realizou na tarde de 10 de Novembro, uma Acção de Divulgação do Blog www.nesdulp.motime.com, onde publicita a sua actividade e possibilita um espaço de troca de ideias e sugestões.

Durante a noite, o NESD promoveu uma reunião/debate onde, à mesa do jantar, foram abordadas questões relacionadas com temas internacionais (eleições americanas, e a visão da Europa por Durão Barroso) e temas nacionais (o controlo parlamentar das finanças públicas).

Eleições em Viseu:

Pedro Ruas mantém-se na liderança da Secção

No passado dia 6 de Novembro de 2004, realizaram-se as eleições para os órgãos concelhios da JSD Viseu, tendo saído vencedores Pedro Ruas e Cláudia Bento, candidatos à Comissão Política e à Mesa do Plenário, respectivamente.

Sob o slogan «Uma ideia por Viseu», Pedro Ruas mereceu a confiança dos militantes locais para a continuação do trabalho desenvolvido.

Os novos órgãos eleitos congratulam-se pela afluência expressiva dos militantes às urnas, uma demonstração clara da vivacidade desta grande estrutura que é a JSD Viseu, que saiu reforçada pela participação democrática.

Uma das principais bandeiras é contribuir para a vitória do PSD nas Eleições Autárquicas, através de uma maior participação dos jovens nos órgãos políticos concelhios, nomeadamente com a criação do Programa Eleitoral da JSD para as Autárquicas 2005, entre outras propostas.

Aos companheiros eleitos fazemos votos de bom mandato, em prol da social democracia.

Secção de Évora festeja S. Martinho

Um Magusto muito participado foi a forma da JSD/Évora assinalar este festejo popular de 12 de Novembro.

Na presença de inúmeros dirigentes concelhios e ainda mais militantes da secção. A festa teve lugar no bar da secção, localizado na sede distrital do PSD.

O líder local da JSD, o recém-eleito Nuno Leão, aproveitou a oportunidade para colocar diversos temas à discussão entre os presentes, como a fim do Serviço Militar Obrigatório, uma grande conquista da JSD, e a governação socialista da Câmara de Évora.

XV Congresso Regional da JSD / Madeira

Porto Santo - 07 / 08 de Janeiro de 2005

O Secretário-Geral da JSD/Madeira, o companheiro Rui Coelho, presta a seguinte informação sobre prazos obrigatórios:

1. Até ao dia 17 de Dezembro de 2004 deverão estar eleitos os delegados ao Congresso nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 33 dos Estatutos Regionais.

2. Até às 18h00 do dia 28 de Dezembro de 2004, deverão ser entregues as inscrições dos delegados ou as eventuais substituições, na Sede Regional do PSD/Madeira na Rua dos Netos n.º 66

3. Até às 18h00 do dia 28 de Dezembro de 2004, deverão ser apresentadas à Comissão Organizadora as propostas de alteração aos Estatutos, bem como as diversas Moções, que poderão ser entregues em suporte papel ou em disquete ou ainda enviados por e-mail.

Telefone e Fax : 291 238 276

Nota: o e-mail foi alterado - xvcongressojsdm@mail.pt

JSD em grande no Congresso do PSD:

Jorge Nuno Sá defendeu moção da JSD * JSD/Barcelos em destaque

Entre os dias 12 e 14 de Novembro, teve lugar o Congresso Nacional do PSD, realizado em Barcelos, num belo cenário e com uma entusiasmada presença de centenas de militantes.

Em defesa da moção da JSD, uma das mais faladas nos dias que antecederam esta reunião magna, o Presidente da CPN/JSD, Jorge Nuno Sá, foi bastante enérgico nos vários pontos abordados.

Como era sabido desde o Conselho Nacional de 22 de Outubro, em Esposende, os temas Juventude, SMO, próximo ciclo eleitoral (autárquicas, presidenciais e legislativas), emprego, arrendamento jovem, reforma da administração e política social, foram as áreas que o líder da JSD levou na moção que apresentou.

Neste Congresso, a JSD/Barcelos teve igualmente um papel muito saudado, estando extremamente bem organizada e mobilizada em diversas iniciativas, sendo a mais notada o bar improvisado no exterior do recinto.

De realçar a extraordinária participação global da JSD, que para além dos seus 70 delegados, contou igualmente com diversas moções, muitos observadores e participantes, bem como companheiros eleitos por secções do Partido.

A todos os militantes laranja eleitos para os órgãos nacionais do Partido, fazemos votos de bom mandato, em especial para a Comissão Política Nacional liderada por Pedro Santana Lopes.



Pela primeira vez, o novo Governo tomou posse perante a Assembleia Legislativa Regional



Ao presidir à posse do IX Governo Regional perante o parlamento madeirense, o presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, Miguel Mendonça, afirmou a cerimónia representa “uma longa tradição histórica de saber esperar”.

“Esperámos 28 anos para chegar até aqui, para que pudéssemos fruir deste momento particularmente exaltante”, salientou Miguel Mendonça

“Não fazia qualquer sentido que a República persistisse em não reconhecer a sede do poder legislativo regional como o lugar mais adequado à tomada de posse do Governo da Região”, afirmou.

Miguel Mendonça lembrou, no entanto, que “foi necessário esperar quase cinco séculos para que, em 1901, fosse dado” à Madeira “um sinal de descentralização administrativa e foi preciso o 25 de Abril para que, em 1976, a região fosse constitucionalmente reconhecida como território autónomo”.

A cerimónia decorreu no Salão Nobre da Assembleia Legislativa, na presença das principais autoridades locais, bem como do ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, a quem Miguel Mendonça sugeriu a tomada de iniciativas que “façam cessar desconfianças passíveis de pôr em causa o desejável relacionamento institucional entre o Estado e a Região”.

Referindo-se ao Ministro da República, Miguel Mendonça sublinhou que Monteiro Diniz “será sempre bem-vindo” à Assembleia Legislativa Regional, enaltecendo as qualidades de homem de Estado e o contributo que o ministro da República deu no último processo de revisão constitucional.

Palavras de Alberto João Jardim

Por seu lado, Alberto João Jardim, elogiou o Presidente da República, Jorge Sampaio, pela sua “compreensão patriótica” em relação às questões da autonomia insular.

“Cumprimento publicamente Sua Excelência o Senhor Presidente da República, garantindo toda a minha consideração, lealdade e amizade, profundamente grato pela decisiva compreensão patriótica que revela em relação às complexas questões das autonomias políticas insulares”, disse.

O IX Governo Regional tomou posse perante a Assembleia Legislativa, e não perante o Ministro da República, o que aconteceu pela primeira vez, como realçou Alberto João Jardim.

O Governo da República estava representado pelo Ministro de Estado e da presidência, Nuno de Morais Sarmento, que é também Vice-Presidente do PSD nacional.

“Historicamente, pela primeira vez, a Assembleia Legislativa da Madeira, no exercício democrático e soberano das suas funções, dá posse ao Governo Regional”, assinalou.

“Fá-lo no decurso de uma evolução constitucional que, se finalmente institucionaliza o princípio de o Governo Regional apenas depender da confiança do Parlamento eleito pelo povo madeirense - e de mais ninguém -, está ainda a uma

distância importante daquilo que esta Assembleia já assumiu como entendimento sobre a autonomia política deste território”, considerou.

Por isso, “não consideramos encerrada a questão do nosso irreversível futuro autonómico”, sublinhou.

Jardim também agradeceu ao primeiro-ministro, Pedro Santana Lopes, a colaboração que vem dando ao Governo Regional, mas “sobretudo a sua prática política coerente de uma vida pública em que sempre respeitou e defendeu as autonomias insulares portuguesas”.

“Pode o Governo da República contar com a nossa colaboração em tudo o que seja transformar Portugal num país mais democrático e mais integralmente desenvolvido, já que tudo o que se faz na Madeira, é em Portugal e por Portugal que realizámos”, afirmou.

João Jardim saudou ainda o ministro da República, Monteiro Diniz, pelo “papel decisivo” na última revisão constitucional, que resultou no facto do Governo Regional passar a ser dada pela Assembleia Legislativa e não pelo ministro da República, como acontecia desde 1976.

Salientando que a União Europeia poderá “não ser a grande esperança”, João Jardim disse ainda ser “extremamente difícil procurar, o mais inteligentemente possível, manter a Madeira afastada” da situação em que se encontra Portugal, com um dos “impasses constitucionais mais graves da sua História”.

Para Jardim, Portugal enfrenta a “degeneração da democracia num regime corporativista, sem recursos bastantes ou então mal aplicados, sobretudo sem consciência, sem coragem e sem força anímica para as grandes mudanças de que tanto depende o futuro dos portugueses”.

Por isso, garantiu que a política de desenvolvimento sustentado será prosseguida no IX Governo Regional, bem como os pilares da democracia, autonomia e socialização.

“Quando pela primeira vez tomei posse do cargo que ocupo, sintetizei os meus compromissos com o povo madeirense, numa palavra só: trabalho”, lembrou.

“Não mudei, nem mudo”, garantiu, salientando não se sentir prisioneiro das funções que exerce há 26 anos.

O elenco governamental da Madeira

Alberto João Jardim reconduziu todo o seu anterior governo, que fica constituído desta forma: Presidente: Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim; Vice-presidente, João Carlos Cunha e Silva; Secretário Regional dos Recursos Humanos, Eduardo António Brazão de Castro; Secretário Regional do Turismo e Cultura, João Carlos Nunes; Abreu Secretário Regional do Equipamento Social e Transportes, Luís Manuel dos Santos Costa; Secretário Regional da Educação, Francisco José Vieira Fernandes; Secretário Regional do Plano e Finanças, José Manuel Ventura Garcês; Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, Manuel António Rodrigues Correia. – Fontes: Lusa, Gab. Reg. Madeira

